

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

Rosimeire Batista da Silveira Turci

**PALAVRAS E SILÊNCIOS: Violência de Gênero na
História de Vida de Mulheres**

**CAMPO GRANDE - MS
2024**

ROSIMEIRE BATISTA DA SILVEIRA TURCI

PALAVRAS E SILÊNCIOS: Violência de Gênero na História de Vida de Mulheres

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – sob a orientação do Prof. Dr. Asher Grochowalski Brum Pereira

CAMPO GRANDE - MS
2024

ROSIMEIRE BATISTA DA SILVEIRA TURCI

PALAVRAS E SILÊNCIOS: Violência de Gênero na História de Vida de Mulheres

Dissertação apresentada como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre no Programa de
Pós-Graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – sob
a orientação do Prof. Dr. Asher Grochowalski
Brum Pereira

Campo Grande-MS, ____ de _____ de 2024.

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. Asher Grochowalski Brum Pereira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Profa. Dra. Priscila Lini
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Prof. Dr. Anaxuell Fernando da Silva
Universidade da Integração Latino-Americana - UNILA

À Márcia, Elisa, Rosana, Maira e todas as mulheres que resistem.

E à memória de Danilo Cezar de Jesus Santos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha família que desde sempre me orientou a seguir o caminho dos estudos.

Especificamente na produção deste trabalho, minha gratidão se estende a muitas pessoas que direta e independentemente me ajudaram e incentivaram.

Ao meu companheiro, Toni, que me convenceu a persistir no objetivo de entrar no programa de mestrado, me incentivou a superar os muitos momentos de desânimo e me acolheu nos dias de angústia e ansiedade.

Ao meu orientador, Asher, que me conduziu pelo caminho para que eu pudesse me tornar uma pesquisadora, como disse a ele que gostaria de ser. Também pela amizade, pelas palavras tranquilizadoras, pelo incentivo e, principalmente, pela paciência. Jamais esquecerei sua postura gentil e bem-humorada.

Aos discentes do Programa de Pós-Gradual em Antropologia Social – PPGAS, pelas discussões em sala de aula (virtual) que enriqueceram meu trabalho e minha existência.

Aos docentes do programa, que não deixaram de entregar dedicação e qualidade às aulas realizadas no formato virtual em razão da pandemia. Agradeço, especialmente, à professora Priscila Lini, que, com o Professor Anaxsuell, compôs a banca de qualificação, e colaboraram imensamente na realização deste trabalho.

Além daquelas que dividiram suas histórias comigo, agradeço a Vanessa e a Sandra, que enriqueceram tanto o meu conhecimento com suas disponibilidade, simplicidade e afetuosidade nas inúmeras horas de conversa e reflexões sobre o tema da violência de gênero, a Ana, que sempre me dizia, quando estive pessimista, que tudo daria certo, além de ter lido e opinado sobre meu trabalho ainda bagunçado, e a Inês pelo incentivo, pelas risadas nos momentos tensos e principalmente por ter revisado a gramática deste trabalho.

Registro, também, minha imensa gratidão a Márcia, Elisa, Rosana e Maira. Espero ter honrado as suas histórias.

Mas elas têm uma maneira estranha de permanecer animadas e assim devem ser negadas novamente (e novamente). Elas não podem ser passíveis de luto porque sempre estiveram perdidas ou melhor, nunca "foram", e elas devem ser assassinadas, já que aparentemente continuam a viver, teimosamente, nesse estado de morte.

Judith Butler

RESUMO

O objetivo deste trabalho é examinar a violência de gênero a partir da história de vida de quatro mulheres e da experiência profissional da pesquisadora na área de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Busca-se, ainda, compreender o processo de percepção delas enquanto em situação de violência e identificar os recursos de resistência à precarização da vida que se manifestam na história de uma mulher cuja existência é permeada pela violência. O método de pesquisa utilizado é a etnografia de história de vida, defendida por Suely Kofes. Parte do meu campo de pesquisa são as histórias de mulheres que trago na memória, decorrente do meu convívio com elas em razão do meu trabalho na Casa da Mulher Brasileira e na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Outra parte é a história de vida de Maira, com quem entrei em contato por intermédio da Casa da Mulher. Para responder às questões norteadoras desta pesquisa, articulo noções teóricas sobre poder, cultura, gênero, vulnerabilidade e precariedade e o material de campo. Nessa perspectiva, foi possível identificar a solidariedade entre as mulheres como forma de resistência à precarização da vida, que ficou evidente na história de vida de Maira, e a importância de se dar inteligibilidade à dor e ao sofrimento para o reconhecimento da violência.

Palavras-chaves: Violência de gênero. Cultura. Percepção da violência. Precariedade da vida.

ABSTRACT

The aim of this work is to examine gender violence based on the life stories of four women and the researcher's professional experience in the field of combating domestic and family violence against women. It also seeks to understand their perception process while in situations of violence and to identify the resources of resistance to the precariousness of life that manifest in the life story of a woman whose existence is permeated by violence. The research method used is life history ethnography advocated by Suely Kofes. The research field is divided into two moments: one in which I listen to women recount their experiences with violence from intimate partners at a time when I did not intend to develop the research, therefore, what I bring here are excerpts of their narratives that I stored in memory; the second moment is the fieldwork as a researcher, where I listened to Maira's life story, with whom I got in touch through the Casa da Mulher Brasileira. To answer the guiding questions of this research, I articulate theoretical notions about power, culture, gender, vulnerability, and precariousness and the field material. With this, it was possible to identify solidarity among women as a form of resistance to the precariousness of life, which was evident in Maira's life story, and the importance of giving intelligibility to pain and suffering for the recognition of violence.

Keywords: Gender violence. Culture. Perception of violence. Precariousness of life.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEAM – Centro Especializado de Atendimento à Mulher

CMB – Casa da Mulher Brasileira

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

FUNSAT – Fundação Social do Trabalho

PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

TJMS – Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. ENTRELACANDO VIDAS: MINHA JORNADA AO ENCONTRO DE MÁRCIA, ELISA, ROSANA, MAIRA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	16
1.1. Despertar para a Realidade: Os Primeiros Passo na Jornada de Reflexão sobre a Violência de Gênero	19
1.2. Iniciando a Jornada: Abraçando a Violência de Gênero como Tema de Pesquisa.....	25
1.3. Entre Desafios e Surpresas: Minha Inserção no Campo	27
1.4. O Não Encontro	38
2. DA INVISIBILIDADE À CONSCIÊNCIA: ADOÇÃO DO GÊNERO COMO EIXO ANALÍTICO, PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO DA DOR	41
2.1. A Narrativa de Maira e as Variações na Percepção da Dor e do Sofrimento	45
2.2. Inteligibilizando a Dor: Experiências de Márcia, Elisa e Rosana na Identificação da Violência Doméstica.....	47
2.3. Reflexões sobre a Mulher-Vítima: Perspectivas Feministas na Literatura Brasileira dos Anos 80	50
2.4. A categoria “vítima”: Perspectivas Relacionais	54
2.5. Análise: Gênero como Caminho para Identificação da Dor e Compreensão da Violência	55
3. PODER, CULTURA E AS DISPUTAS NO CAMPO DOS SABERES.....	59
3.1. A Interseção entre Cultura, Saber e Poder na Análise da Violência de Gênero	61
3.2. Entre Conformidade e Resistência: Reflexões sobre o Poder e a Agência de Maira	66
4. CONEXÕES E PRECARIIDADE: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DE VIDA DE MAIRA À LUZ DA TEORIA DE JUDITH BUTLER.....	71
4.1. Reflexo e Vulnerabilidade: A Definição do Ser de Maira.....	74
4.2. Exposição à Violência: Lidando com a Despossessão de Si Mesma.....	76
4.3. Dororidade como Resistência à Precarização da Vida	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS:	86

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a violência de gênero a partir da história de vida de Maira, mulher cuja existência é permeada por violências, e da minha experiência atuando na área de combate e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, enquanto assessora jurídica na vara de medidas protetivas de Campo Grande e na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul - TJMS. É, também, entender o processo da percepção da violência sofrida, em que aciono fragmentos da história de outras três mulheres, Márcia, Elisa e Rosana com quem convivi no referido período. Além disso, objetivo articular os conceitos de poder e cultura no fenômeno da violência de gênero contra as mulheres, e, por fim, com foco na vida de Maira, entender como os sentidos de vulnerabilidade e de reconhecimento, de Judith Butler, demarcam a precariedade de sua existência.

Os problemas que norteiam minha pesquisa são: Como as histórias de vida de quatro mulheres e a experiência desta pesquisadora ao atuar na área de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, podem contribuir para uma compreensão mais profunda do fenômeno da violência de gênero? Como os conceitos de poder, cultura e os sentidos de vulnerabilidade e precariedade propostos por Judith Butler se articulam nesse contexto? Além disso, quais recursos de resistência à precarização da vida se manifestam na história de uma mulher cuja existência é permeada pela violência?

Como método, utilizo a etnografia de história de vida defendida por Suelly Kofes. Para isso, segundo a autora, é preciso considerar a distinção entre história de vida e “estória” de vida e, também, entre biografia e autobiografia (KOFES, 1994). Ela defende o uso do termo estória porque os fatos narrados pela pessoa que narra não são confrontados com outras fontes, então o etnógrafo não confere a veracidade daquilo que é narrado. Porém, opto por utilizar o termo história de vida, para não pressupor que a narrativa com a qual trabalho não seja verdadeira, algo tão presente na fala de mulheres ao longo dos anos que constituíram nosso processo histórico. Mas ao trabalhar com etnografia de história de vida, como aponta Kofes, muitos aspectos devem ser considerados: a motivação do pesquisador aos relatos das participantes na pesquisa, o material restrito à situação da entrevista, isto é, sem complementação de outras fontes e apenas a parcela da vida que diz respeito ao tema da pesquisa, o que significa que não se esgotam as várias facetas de uma biografia.

O uso das biografias e autobiografias como objeto de estudo na antropologia foi matéria de estudo por Kofes e Manica, que, após promoverem um grupo de trabalho com o tema “Etnografia e biografia na antropologia: experiências com as diversas ‘grafias’ sobre a vida social” durante a 28ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, organizaram o livro *Vida e grafias: Narrativas antropológicas entre biografia e etnografia*, publicado em 2015.

As autoras explicam que durante anos enfrentaram o desafio de compreender as narrativas biográficas como objeto de estudos antropológicos diante da insatisfação com algumas dicotomias tais quais indivíduo/sociedade e subjetivo/objetivo, bem como com o uso unicamente instrumental das histórias de vida, razões pelas quais haveria ainda muitas discussões sobre etnografia e biografia no campo dos estudos antropológicos. Para Kofes (2015), embora histórias de vida sejam uma técnica de pesquisa já consagrada na antropologia e reconhecida como método, as biografias e autobiografias parecem tensionar os supostos antropológicos que são baseados, tradicionalmente, nas noções de sociedade, cultura e estrutura mediadas pela generalização e pela comparação. Além disso, a confusão semântica e conceitual dos termos biografia e autobiografia que, etimologicamente, tem a vida como parte constitutiva dessas palavras e por um malabarismo semântico, o termo "vida" acabou vinculado ao significado de indivíduo, é mais um motivo para a resistência de antropólogos a sua utilização como objeto de estudo.

Kofes cita o pensamento de Boas, que, ao sugerir o uso de autobiografias como objeto de estudo para compreender uma sociedade, distingue o que seria fato e o que seria memória, classificando a autobiografia como memória e a observação ao que dizem e fazem os sujeitos como método adequado para se identificar um fato.

Para ele, um caminho para enfrentar essas dificuldades é incentivar os indivíduos a escreverem ou contarem suas próprias histórias de vida. Embora essa abordagem ofereça insights valiosos sobre as batalhas diárias, as alegrias e tristezas das pessoas, para Boas, sua confiabilidade é questionável, exceto em alguns aspectos básicos. Pois, essas narrativas não são fatos objetivos, mas lembranças, muitas vezes distorcidas pelos sentimentos e pensamentos do momento.

Tenho que o argumento boasiano revela os supostos antropológicos de sua época são fundamentados no objetivo de desvendar verdades e construir teorias objetivas sobre as sociedades. E, apesar das válidas críticas ao pensamento boasiano, não só quanto ao emprego da (auto)biografia como objeto de estudo antropológico, mas também quanto à teoria por ele inaugurada em contraposição ao pensamento evolucionista, desvincularmos da ideia de que a violência contra as mulheres é um construto cultural não nos tem sido uma tarefa fácil. É que,

embora Boas tenha inaugurado uma nova era na antropologia com a teoria do culturalismo, as discussões contemporâneas caminham em outro sentido ao contestarem a eficácia da dicotomia indivíduo e sociedade como estratégia para o estudo da humanidade.

Kofes considera ser necessário analisar as histórias de vida em três dimensões: "1ª) na situação da entrevista; 2ª) como narrativas (sobre o que fala o sujeito entrevistado e como constrói sua narrativa); 3ª) as possibilidades analíticas, para o pesquisador" (1994, p.119). Para ela, ao se considerarem as três dimensões, as histórias de vida adquirem maior relevância e as narrativas não seriam vistas como desconexas e incoerentes como se necessitassem da reordenação da pesquisadora.

[...] Considerados como narrativas, com sentido interno, situados na interação da pesquisa, e nas suas possibilidades analíticas, os relatos podem ser lidos na ordem que lhe deu o entrevistado. O arranjo interno feito pelo pesquisador, e para que possa ser lido por este, coloca a narrativa naqueles casos em que a ordem dos fatores altera o produto. Preservada esta leitura da narrativa, como um texto com seqüência interna, e inter cruzando suas partes com partes de outras narrativas integrais, o pesquisador poderá produzir sua própria análise, suas explicações, suas interpretações, enfim seu próprio texto [...] (1994, p. 119)

Um último pressuposto considerado por Kofes é o de que as histórias de vida são carregadas de informações, de evocações e de reflexões. Porque as histórias de vida sintetizariam a singularidade da pessoa inserida na interação com a pesquisadora e contextualizadas em suas interpretações e interesses sobre o mundo, os acontecimentos, os valores e o próprio ato de narrar sua história, que, para Kofes, transcende o sujeito e informa sobre o social. Por isso, as histórias de vida devem ser consideradas como: fontes de informação (falam de uma experiência que ultrapassa o sujeito que relata); como evocação (transmitem a dimensão subjetiva e interpretativa do sujeito); como reflexão (contêm uma análise sobre a experiência vivida. Neste sentido, o próprio entrevistado articula reflexão e evocação)." (1994, p. 120)

Assim, para não cair na objetividade completa do relato, tomando-o apenas como informação, ou na subjetividade integral da narrativa, tomando-a apenas como evocação, Kofes propõe que as histórias de vida sejam consideradas como contendo ambas. Em seu trabalho, a autora ainda entrecruza as histórias, porque seu recorte temático é uma relação, isto é, a relação entre patroas e empregadas domésticas.

O que se vê no trabalho de Kofes é que o entrecruzamento de histórias de vida é adotado como importante peso para a dimensão objetiva da análise, especialmente para se conhecer aspectos de uma relação social. Não se trata de uma biografia que permitiria o alargamento do espectro da vida das pessoas entrevistadas, mas de suas histórias de vida

narradas e ouvidas a partir de um aspecto específico ou de uma relação específica. A autora enfatiza seu interesse na relação social entre patroas e empregadas, sendo este o cerne do cruzamento das estórias, o que rendeu uma abordagem célebre. As histórias de vida de patroas e empregadas demonstram muitos aspectos sociais sobre a vida e organização das mulheres sobre aspectos objetivos e subjetivos de seus papéis na sociedade e de suas relações umas com as outras e com o espaço doméstico.

Porém, embora utilize o método da etnografia de histórias de vida, minha abordagem não tem como foco uma relação específica entre sujeitos sociais, mas sim uma relação entre mulheres e violência. Claro que, como esperava, o campo mostrou nuances de relações dessas mulheres com seus familiares, sendo esses familiares homens e mulheres, mas também com o Estado, representado por agentes públicos que por vezes se confundem com esse personagem estatal, porque as violências praticadas contra as mulheres são múltiplas ao longo da vida e estão sempre inseridas em uma relação.

Inspiro-me na abordagem da antropóloga Veena Das (2007), que no livro *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*, se aproxima da vida de pessoas comuns para personificar um evento histórico, partindo de um contexto geral, um fato socialmente abrangente e definidor para a vida comum, ordinária, cotidiana de pessoas, sobretudo de mulheres.

A autora se dedicou a pesquisar a vida cotidiana inserida em contextos de acontecimentos históricos carregados de violências e em uma perspectiva política, como o caso da Partição da Índia em 1947 e do assassinato da então Primeira-Ministra Indira Gandhi em 1984. Estes dois acontecimentos históricos marcaram a sociedade indiana, fazem parte de sua história política e, a partir deles, Das lançou seu olhar e escreveu sobre as histórias de mulheres e as violências sofridas durante e em decorrência dos acontecimentos que, imbricados na vida cotidiana de homens e mulheres, configuraram a realidade social, organizaram a política, a cultura de seu povo, as escolhas e decisões de seus líderes políticos.

O foco da autora, segundo ela anuncia, não são os eventos históricos em si, mas as dores, as lutas, a vivência e sobrevivência de mulheres depois de vivenciarem os eventos traumáticos. Sua investigação com enfoque na vida ordinária e cotidiana, revela a vida e a morte se desenrolando em torno de tais eventos nos cantos mais íntimos de pessoas comuns e reais. Das nos aproxima de indivíduos que vivem em meio ao que é possível viver após os traumas que causaram tanta dor, e nos deparamos com pessoas que passaram por uma experiência coletiva, vivem em uma sociedade que compartilha as lembranças dos acontecimentos, mas que também lidam com suas dores no âmbito da individualidade e da solidão.

O trabalho de Das remete com clareza à conclusão de que a história das mulheres é também a história de um povo. Suas experiências e vidas tecem o caminhar da sociedade. E, por suas vidas, queremos dizer todas as suas ações, omissões e significações em torno das experiências, tudo o que fazem para lidar e superar (ou não) as violências sofridas.

Apesar de a autora partir da análise desses dois eventos, o trabalho não é sobre eles, mas é a narrativa da vida de pessoas e grupos específicos que estiveram inseridos e profundamente envolvidos nos eventos e sobre como o evento se prende à vida cotidiana e se insere no ordinário. Sua preocupação é com a conexão imprecisa entre o conjunto e o pessoal, entre o estilo de texto e a história privada dos incidentes relatados.

Naquele contexto, a história das vidas emaranhadas na violência é parte da história da nação. De olho nesse aspecto, a autora emprega dois conceitos ligados de muitas formas nos capítulos do livro, que são os conceitos de voz e de cotidiano, mais especificamente, trata-se de voz no dia a dia de pessoas e comunidades. Voz essa que também pode ser silêncio diante da ausência de palavras que expressem a dor, a voz é interpretada na ausência de linguagem verbal e por vezes no silêncio e na dificuldade de dizer o indizível. Mas há outro tipo de ausência de voz que destaca a autora, não é a ausência de palavras mas é a presença de palavras congeladas, insensíveis e sem vida, expressas por pessoas capazes de contar as violências sofridas em seus corpos, mas como se a voz fosse de outra pessoa. Nesse sentido, para Das, a voz não é a mesma coisa que enunciação e ela não é idêntica ao discurso.

Sua constatação é a de que o silêncio das mulheres em relação às violências por elas mesmas sofridas revelam a necessidade de vida, de se reconhecerem como pessoas, indivíduos, de atestarem sua própria humanidade e também a de seus violadores.

Pude experienciar essa ausência de voz logo no primeiro encontro etnográfico com Maira, cuja história permeada por violências era narrada por palavras, mas com uma notável ausência de presença, de fato, como se aquela narrativa fosse animada por outra voz. É possível que mantendo esta distância entre o corpo e as palavras, Maira estivesse acionando uma ferramenta para humanizar a si própria diante de uma vida permeada por eventos de violência e dor.

Minha proposta, diferente do que fez Das, não é analisar o cotidiano a partir de um grande acontecimento de violência que desencadeou uma ordem de consequências cotidianas. Porém, sabemos que a história do Brasil é forjada na violência desde a colonização, a escravização e o assassinato de pessoas, a geolocalização do país, a política, a economia e seu lugar no mundo globalizado, economicamente e culturalmente situado.

Ainda nesse aspecto podemos pensar na mulher como sujeito construído socialmente e inserido na comunidade ao longo do processo histórico brasileiro que apresenta semelhanças e distinções com a construção do sujeito social mulher de outros povos. Por aqui, é necessário pensar na etnia, na cor da pele, na classe social, no local onde esses sujeitos residem para se ter um parâmetro das violências cotidianas. E análises sobre esses aspectos das diversas facetas do sujeito mulher brasileira existem, desde o olhar sobre a mulher historicamente, etnicamente e socialmente situada.

Assim, sem a pretensão de esgotar as possibilidades de escrita sobre as histórias de Maira, Márcia, Elisa e Rosana, este trabalho se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo, retrato meu processo de reflexão e despertar para o tema da violência de gênero e minha inserção no campo cujo início marco o princípio de 2015, quando conheci a Casa da Mulher Brasileira – CMB de Campo Grande ao ser designada para compor a equipe de assessoria ao juiz que, à época, lá atuava na Vara de Medidas Protetivas. Apresento minhas dificuldades, inseguranças e o modo como moldei meus objetivos e meu itinerário de pesquisa em decorrência das particularidades que o campo me apresentou. Também descrevo os encontros e desencontros que o campo proporcionou. No capítulo seguinte, apresento fragmentos das histórias de Márcia, Elisa e Rosana, as quais conheci enquanto eu trabalhava na Casa da Mulher Brasileira e na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMS, para discorrer sobre o processo de autopercepção como vítima de violência doméstica e familiar. O processo dessas três mulheres me chamou a atenção, orientaram o meu caminhar profissional e me inspiraram nesta pesquisa de mestrado. Para compreensão do fenômeno da violência, é preciso considerar as concepções do sujeito, os significados culturais implícitos no ato, as concepções de dor e de sofrimento e a necessidade de dar inteligibilidade a esses sentimentos. No terceiro capítulo, com base na teoria de Foucault sobre saberes, reconcilio-me com a noção de ser a violência de gênero uma questão cultural, embora esta noção seja criticada pela antropologia contemporânea, pois os saberes, além de serem constituídos em um palco de disputas e de circulação de poder, também são técnicas de poder e estabelecem a cultura. No capítulo final, utilizando a história de vida da Maira, discorro sobre os sentidos de precariedade constantes na obra “Vidas Precárias: Os poderes do luto e da violência”, de autoria de Judith Butler, propondo uma aproximação entre a história de vida da Maira e os conceitos de vulnerabilidade e reconhecimento que Butler consagra ao analisar os fatos que sucederam o 11 de Setembro de 2001. Demonstro como a vulnerabilidade da Maira está alicerçada nas relações com a mãe e com os filhos, a partir das quais ela se define, e nos

elos que mantém com aqueles que cometeram contra ela as piores violências de sua vida. Elos esses que, a forçam a viver fora de si mesma.

1. ENTRELAÇANDO VIDAS: MINHA JORNADA AO ENCONTRO DE MÁRCIA, ELISA, ROSANA, MAIRA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Márcia, Elisa, Rosana e Maira são nomes fictícios que utilizo para preservar a intimidade dessas mulheres reais cujas vidas nos remetem ao ordinário, vivendo um cotidiano de relações demarcadas por circulação de poder, um poder desigual em muitos sentidos.

Márcia, Elisa e Rosana são mulheres com quem convivi nos dois locais de trabalho que mencionei e que compartilharam comigo algumas de suas experiências enquanto vítimas de violência. Suas narrativas me chamaram atenção principalmente no aspecto da percepção da violência. Os diálogos que evoco daquela época são de memória, nada tenho anotado ou gravado do que me disseram, mas suas experiências, que fazem parte de suas histórias, comunicam-se com os objetivos deste trabalho e com a história da Maira.

Meu objetivo inicial era ouvir histórias de outras mulheres que foram atendidas pela Casa da Mulher Brasileira, mas, além das dificuldades em entrar em contato com elas, que não atendiam a ligação nem retornavam as mensagens enviadas, o tempo é fator essencial para o programa de Mestrado e “histórias”, como as da Maira requerem tempo para serem absorvidas, aquietadas, no difícil processo de aproximação e distanciamento. Aproximação ao ser afetada em campo e distanciamento para a escrita. Em razão disso, a história de vida a que me refiro aqui é a de Maira, uma mulher jovem, que por suas características físicas, identifiquei-a como parda, residente na região periférica de Campo Grande, cuja existência é perpassada por vários episódios de violência, aos quais ela dá valores e sentidos diversos e também definem seu existir.

O interesse pelo tema é resultado de minhas experiências que ganharam significado e foram compreendidas à medida que minha trajetória profissional foi se desenhando nos últimos anos. Especificamente, após o ano de 2015, quando comecei a trabalhar na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Campo Grande, que funciona no prédio da Casa da Mulher Brasileira.

Em 2009, aprovada em concurso público, tomei posse no cargo de escrevente do poder judiciário de Mato Grosso do Sul e fui lotada em Água Clara, onde entrei em contato com alguns processos criminais de violência de gênero contra mulheres e meninas, os quais, me recordo, tratavam de assassinatos de mulheres adultas e estupro de meninas. Os assassinatos de mulheres eram cometidos no contexto das relações íntimas de afeto e os crimes sexuais contra meninas, quase sempre, eram praticados por familiares ou por homens próximos da

família. Naquela época, embora muitos dos casos me chocassem e me causassem estupor, não havia em mim interesse em descobrir as motivações e causas daqueles crimes assombrosos. O que havia em mim era apenas medo, um medo crescente a cada caso cujos detalhes eu lia nas páginas de alguns processos judiciais. Mas não foi neste momento que a violência de gênero se tornou uma reflexão antropológica para mim, isso aconteceu anos depois, quando conheci Márcia.

Ainda em Água Clara, atuei como assessora da juíza e em muitas ocasiões minutei decisões sobre concessão ou não de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha e também sentenças criminais em processos de violência doméstica. Porém, sem me deter ao tema da violência de gênero e suas questões históricas e sociais. Minhas reflexões giravam em torno de questões como: a natureza jurídica das medidas protetivas, o rito processual do incidente de medidas protetivas, o enquadramento da conduta do acusado no texto descrito na lei penal.

Em 2015, a pedido, fui removida para Campo Grande, e um mês depois fui convidada pelo juiz que assumiu a recém inaugurada 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que funciona na Casa da Mulher Brasileira, para compor a sua equipe de assessoria. Tratava-se da primeira vara especializada em medidas protetivas do país. Em Campo Grande, naquela época, existiam duas varas especializadas em violência doméstica onde tramitavam tanto os pedidos de medidas protetivas quanto as ações criminais decorrentes de violência doméstica. Com a criação da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, coube a esta a competência para processar e julgar todas as medidas protetivas requeridas com base na Lei Maria da Penha.

Iniciei minhas atividades como parte da equipe de gabinete do então juiz em março ou abril daquele ano munida das minhas concepções adquiridas ao longo de uma vida vivida entre mulheres em sua maioria, uma vez que sou filha de mãe solo e possuo duas irmãs, mas educada numa lógica de supervalorização do masculino e inferiorização do feminino.

Na 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar, as questões sobre as quais nos debruçávamos ainda continuavam sendo as mesmas: a natureza jurídica das medidas protetivas e o rito do processo. A falta de um ritual a ser seguido pelo judiciário e o fato de a lei falar em violência e não crime, era desconcertante. Quais atos poderiam ser enquadrados como crime ou como contravenção penal? Se o incidente processual de medidas protetivas tinha natureza cautelar, obrigatoriamente teria que haver um processo criminal para apurar aquele fato. E se a mulher dissesse que não desejava que o agressor fosse processado criminalmente, poderíamos

conceder uma medida protetiva? Caberia medidas protetivas sem o registro de um boletim de ocorrência policial?

Bem, o entendimento mudou, mas, naquela época, para validade e concessão das medidas protetivas, prevalecia a compreensão de necessidade de um processo criminal relativo ao mesmo fato e da imprescindibilidade do boletim de ocorrência.

O atendimento na CMB funcionava da seguinte forma, ao buscar o serviço no local, a mulher era recepcionada por atendentes logo na entrada do prédio e ali era direcionada ao serviço que atendesse a sua necessidade, tais como Delegacia de Polícia para registro de ocorrência policial, Defensoria Pública e/ou Ministério Público para atendimento judicial, Fundação Social do Trabalho – FUNSAT para ingresso em programa de emprego e renda. Pouquíssimas vezes, mulheres eram direcionadas à vara de medidas protetivas. Isso porque a solicitação de medidas ocorre na delegacia especializada de atendimento à mulher, na defensoria pública ou no ministério público, os quais enviam o pedido por escrito à juíza ou ao juiz responsável pela Vara de Medidas Protetivas. Assim, o que o magistrado ou magistrada recebe é um pedido por escrito, acompanhado de um breve relato do fato que, naquela época, deveria ser enquadrado como crime ou contravenção penal.

E, algumas vezes, quando acontecia de a mulher ir à Vara de Medidas Protetivas, era para reforçar sua solicitação de revogação dessas medidas protetivas, pois, embora o pedido de revogação chegasse ao juiz, por escrito, mediante atuação do ministério público, da defensoria pública ou de advogado, umas mulheres queriam falar com o juiz, explicar suas razões, solicitar urgência. Foi nessas ocasiões que tive contato com algumas poucas mulheres, porque, na função de assessora, cabia a mim atendê-las, explicar o funcionamento das medidas e garantir que suas demandas seriam apreciadas o mais rápido possível, sendo raros os casos em que o juiz ou juíza as atendesse pessoalmente. Ou seja, meu contato com as mulheres e suas histórias se dava por escrito, em poucas linhas escritas no histórico da ocorrência que compunha o boletim de ocorrência formalizado pela delegacia.

Quando rememoro minha trajetória com esse tema, a primeira lembrança é um caso que coube a mim, assessora, analisar logo que comecei a atuar na 3ª Vara de Violência Doméstica de Campo Grande. Era o caso de uma jovem que solicitou medidas protetivas porque havia rompido um namoro e o rapaz não aceitava o término, insistia em reatar e, naqueles dias, havia ido ao trabalho dela com um buquê de rosas para dissuadi-la do rompimento. O boletim de ocorrência foi registrado como contravenção penal de perturbação da tranquilidade. Minha função, naquele momento, era elaborar a decisão de concessão ou não das medidas protetivas e a fiz pelo indeferimento do pedido porque o fato não era grave o suficiente para aplicar uma

medida protetiva ao suposto agressor que significava restringir-lhe a liberdade. Assim, me solidarizei com o homem, era ele o sujeito principal da análise e consideração do sistema que eu representava em certa medida.

Eu não me lembraria mais desse caso, se não fossem os estudos e reflexões sobre minha experiência, que vieram posteriormente.

1.1. Despertar para a Realidade: Os Primeiros Passo na Jornada de Reflexão sobre a Violência de Gênero

Meses depois da inauguração da Casa e da atuação do primeiro juiz, outro assumiu a titularidade da 3ª Vara de Violência Doméstica de Campo Grande e eu continuei na função de assessora. Certo dia, o novo juiz chegou com três livros sobre o tema, pedi um para eu ler e era um livro jurídico sobre a Lei Maria da Penha, muito diferente dos textos que havia lido antes para entender a aplicação da lei. Era o livro *Lei Maria da Penha: o processo no caminho da efetividade*, resultado da tese de doutorado da promotora de justiça do Estado de São Paulo Valéria Diez Scarance Fernandes. Até então, os textos que havia lido se dedicavam às discussões jurídicas sobre a constitucionalidade da lei, rito processual, natureza jurídica das medidas protetivas, circunstâncias de aplicação de cada uma delas, enquadramento penal de cada um dos tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha, entre outros. Mas aquele era diferente, fazia uma análise do contexto histórico e cultural da situação de mulheres em várias regiões do mundo e no Brasil, trazia relatos de casos reais e também realizava a análise sob a perspectiva da técnica jurídica. A proposta da autora era demonstrar que a efetividade da lei seria alcançada apenas se fosse aplicado um olhar multidisciplinar para a questão.

Não me recordo exatamente em que parte da leitura o caso da jovem que solicitou medidas protetivas em razão da insistência do ex-namorado em reatar o namoro me veio à mente, mas recordo de ter me identificado na situação dela em certo episódio da minha adolescência, somente naquele momento, isto é, meses depois.

Por volta dos meus 14 anos de idade conheci um rapaz de 16 ou 17 anos, nos beijamos uma única vez e eu decidi não levar aquele possível relacionamento adiante. Mas ele tomou uma decisão contrária à minha. Possivelmente em razão das notícias que eu via na TV e dos comentários que ouvia àquela altura da minha vida, já sabia que os homens não lidam bem com o não de uma mulher, então dizer a ele que não queria continuar me encontrando ou tendo qualquer contato íntimo era uma tarefa difícil, que eu sentia ser perigosa. Não era apenas a

vulnerabilidade do gênero que me atingia, havia também uma vulnerabilidade social naquela época já que residia em uma região periférica e violenta de Paranaíba, era adolescente, filha de mãe solo, habitava numa moradia precária, sem muro e sem portão, e estudava no período noturno, me deslocava a pé para ir e voltar da escola. Dentre as poucas opções que pensei em dizer para justificar meu desinteresse, optei por dizer que gostava de outra pessoa, o que era mentira, mas parecia ser o mais eficiente para sair daquela situação. Alguns dias depois, no trajeto para casa, depois da aula, ele me abordou e me contou que dias antes havia pegado o revólver do pai e me seguido naquele mesmo trajeto e que sua intenção era assustar a mim e a um eventual acompanhante. Fiquei apavorada, mas tentei não demonstrar.

A minha experiência é diferente daquela jovem, mas provavelmente por ter sido essa a primeira vez que senti na prática a reação de um homem ao não de uma mulher, foi recordando da minha história que me conectei à experiência dela, me questionei se o que teria levado ela à delegacia para solicitar medidas protetivas teria sido uma mera perturbação de sua tranquilidade, como registrado no boletim de ocorrência, ou o medo e insegurança quanto à sua integridade física. Concluí que se eu estivesse no lugar dela, certamente não veria o ato dele de ir ao meu trabalho com um buquê de rosas como demonstração de afeto e romantismo, é muito provável que sentiria medo e pressionada a manter um relacionamento íntimo que não queria mais. E se na minha adolescência houvesse a Lei Maria da Penha e eu tivesse procurado a delegacia de polícia para solicitar medidas protetivas? Como enquadrar a conduta do rapaz em algum crime ou contravenção previstos na lei penal correspondente ao tipo de violência que eu sofri? Sem citar as complicações jurídicas do fato de sermos adolescentes.

Me orientando pelo raciocínio que havia empregado até então ao atuar nos processos de medidas protetivas, concluí que, certamente, no meu caso, o meu pedido não seria concedido. Porém, constatei que o medo que senti foi enorme, real e legítimo. A situação em que outrora eu me encontrara era injusta e cruel porque, assim como ele, eu também estava descobrindo esse aspecto da vida adulta, o de relacionamentos íntimos e sexuais, cujo desenvolvimento foi interrompido por algum período devido ao medo e à insegurança de me aproximar dos homens. Além disso, a minha única opção era me esconder, restringir a própria liberdade em prol da segurança, o que reverberou na minha vida e moldou minha personalidade e relacionamentos com homens. Ao realizar essas reflexões enquanto lia aquelas páginas, iniciei o processo que me trouxe a este trabalho e muitas outras reflexões vieram depois, o que impactou em meu trabalho de assessora jurídica na Vara de Violência Doméstica e, mais tarde, me impulsionou a trabalhar na Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça.

Meses depois, pela primeira vez, uma juíza assume a Vara de Medidas Protetivas de Campo Grande e ela não tinha uma equipe completa de assessoria, então, decidi permanecer na função ali. O setor também ganhou um grande reforço, uma assistente social e uma psicóloga, servidoras do judiciário, foram designadas para atuarem nos processos da vara. Elas já tinham experiência com a temática, mais em nível teórico do que em prática processual porque a realização de estudos técnicos multidisciplinares em processos de violência doméstica era rara no judiciário até então. Me aproximei muito das duas técnicas e conversávamos bastante sobre o tema, sobre os casos com os quais trabalhávamos e sobre as experiências delas nos estudos que fizeram enquanto exerciam suas funções no fórum de Campo Grande, sobretudo em casos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, quando também percebiam não só esses menores, mas as mulheres em situação de violência doméstica ou familiar. As conversas eram diárias e esses momentos enriqueceram muito meu olhar sobre a temática. Devido a esta proximidade e às conversas, minha compreensão teórica sempre foi voltada à ideia da relação de dominação entre homens e mulheres, seguindo a teoria de patriarcado, citada tantas vezes pela assistente social que participava de movimentos sociais feminista.

Foi nessa mesma época que conheci Márcia, uma mulher trabalhadora, gentil, prestativa, de sorriso tímido, sonhadora. Ela prestava serviços de copeira no setor onde eu trabalhava, e, aos poucos, me contou sua história de vida, seu relacionamento com os filhos, com o pai, com o marido, com o sogro e algumas violências sofridas. Nos momentos de conversa, eu procurava ouvir, acolher, compartilhar meus aprendizados e também minha própria história porque sentia que dois dos fatores que mais fazem as mulheres sofrer são a solidão e a vergonha. Mas eu não era a única a dialogar com ela e, assim, falando e ouvindo, compartilhando histórias e conhecimentos foi que Márcia se identificou como uma mulher em situação de violência doméstica e familiar. No processo, ela passou a não naturalizar nem ignorar seu próprio sofrimento, abraçou-o e, depois de meses, solicitou ajuda, recebeu acompanhamento psicológico do Centro de Atendimento à Mulher - CEAM de Campo Grande e após um ano de acompanhamento, ela rompeu o casamento e saiu da casa onde vivia com o marido que a humilhava, ofendia e a tratava como uma empregada, em seus dizeres.

Nesse momento, a precariedade da vida das mulheres em situação de violência já havia se tornado uma inquietação para mim. Não só a precariedade no sentido usual, mas principalmente a precariedade no sentido em que explorado por Judith Butler, em que as condições políticas e sociais tornam algumas vidas mais vulneráveis e menos valorizadas do que outras. Se de um lado, eu estava ali, enquanto agente do Estado, dizendo que agora as

mulheres tinham uma lei e mecanismos que as protegiam da violência doméstica, de outro, via diversos obstáculos, tanto os causados pelas próprias instituições quanto os causados por questões culturais que moldam as crenças e as práticas das mulheres inseridas em contexto de violência.

Nesse sentido, não havia uma vulnerabilidade decorrente de falta de acesso à proteção e cuidado por parte das estruturas políticas e sociais, apenas, mas também a precariedade decorrente da interdependência. As relações dessas mulheres com seus agressores, com outros integrantes da rede familiar e mesmo com outras pessoas do convívio social, interferiam na forma como as mulheres lidavam com as violências sofridas, conforme pude notar na história da Márcia. Não era apenas uma questão de dominação e subordinação, que eu havia aprendido com a teoria do patriarcado de Heleieth Saffioti, tão difundida no meio em que eu trabalhava. Márcia tinha poder de agência, negociava suas ações e omissões e construía significados no contexto daquele relacionamento, não só a partir de sua relação com o agressor, mas também a partir de sua relação com os filhos, o pai, a mãe falecida, as irmãs, comigo e com outras pessoas de seu convívio no ambiente de trabalho. Assim, a conexão das vidas interligadas em redes complexas de interdependência demonstrou ser um fator importante para compreender a forma como as mulheres lidam com as violências sofridas ao longo da vida.

Márcia rompeu seu casamento, porém, quando isso ocorreu, eu já não trabalhava mais na Casa da Mulher. Eu havia aproveitado a oportunidade de trabalhar como assessora jurídica na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS). Minha atuação era diferente, agora eu não trabalhava com processos judiciais, mas com projetos e ações voltados ao cumprimento de políticas públicas de enfrentamento, combate e prevenção à violência contra as mulheres no âmbito do Tribunal de Justiça. Enquanto ainda trabalhava na Vara de Medidas Protetivas, eu escrevi um projeto de prevenção à violência doméstica contra as mulheres com foco no envolvimento da sociedade civil. O objetivo do projeto consiste em oferecer conteúdo a profissionais que trabalham na área da estética feminina habilitando-os para promover o debate e o diálogo qualificados com as mulheres quando eventualmente surge a oportunidade no dia a dia. Na Coordenadoria da Mulher, minha atuação seguiria nesta linha, uma novidade na minha carreira.

Minha decisão de ir para a Coordenadoria da Mulher e lá permanecer por pouco mais de cinco anos foi totalmente influenciada pela minha própria experiência e pela história da Márcia, porque vi a importância do acesso à informação e a necessidade do debate sobre o

tema chegar às rodas de conversas diárias de pessoas comuns e, acreditando ser este o caminho para erradicar a violência doméstica contra as mulheres, eu queria fazer parte disso.

A criação das Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar foi determinada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em 2011, por meio da Resolução nº 128 assinada pelo então presidente do Conselho, Ministro Cezar Peluzo, que estabeleceu, ainda, as competências das coordenadorias que deveriam ser instituídas como órgão de assessoria à presidência do tribunal respectivo. Em linhas gerais, às Coordenadorias da Mulher dos tribunais competem elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área do combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres, ofertar suporte aos juízes e juízas, bem como aos servidores e servidoras e às equipes multiprofissionais para a melhoria da prestação jurisdicional, promover a articulação interna e externa com outros órgãos governamentais e não governamentais, colaborar na formação inicial e continuada de magistrados, magistradas, servidores e servidoras sobre a temática, recepcionar dados, sugestões e reclamações referentes aos serviços de atendimento, fornecer dados ao CNJ, entre outras.

Até 2017, a Coordenadoria da Mulher do TJMS era composta por dois servidores que atuavam exclusivamente no órgão e por uma psicóloga e uma assistente social que atuavam voluntariamente, cumulando as atividades de peritas no núcleo psicossocial e de equipe multiprofissional da Coordenadoria da Mulher. Essas eram as mesmas profissionais que atuaram na 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A coordenação da Coordenadoria da Mulher, até então, sempre fora exercida por desembargadores do TJMS que cumulavam suas funções de magistrados e de coordenadores. Mas, em 2017, o então presidente do TJMS nomeou coordenadora uma juíza, a quem eu assessorava na vara de medidas protetivas da CMB. Assim, pela primeira vez, uma juíza, especializada em violência doméstica, que atua mais próximo às demandas cotidianas, exerceu a função de coordenadora da Coordenadoria da Mulher do tribunal. Mas não foi só isso que mudou, a partir de então, a Coordenadoria foi reestruturada e passou a contar com mais servidoras, entre as quais, eu, que fui nomeada para o cargo, recém criado, de assessora jurídica. A oportunidade de atuar na Coordenadoria da Mulher surgiu em um diálogo com a juíza, que me indagou se eu sabia de alguém que tivesse interesse em atuar na assessoria ao órgão, e eu respondi que tinha interesse. A assistente social e a psicóloga, que antes atuavam como voluntárias, passaram a atuar com exclusividade na Coordenadoria, que também contava com duas servidoras que compunham o quadro de apoio administrativo do setor e estagiários e estagiárias provenientes de cursos como jornalismo, direito, psicologia e serviço social.

Os dois primeiros anos foram de muito trabalho, ideias e mudanças, inclusive de espaços físicos. Iniciamos 2017 trabalhando em uma sala minúscula, separada por vários metros do prédio principal do tribunal, onde não cabiam todas as servidoras e estagiários ao mesmo tempo. Posteriormente ocupamos outras duas salas no prédio principal, até nos estabelecermos em uma sala situada ao lado da Secretaria de Comunicação e em frente à Secretaria de Gestão de Pessoas, no mesmo corredor onde está a sala do presidente do TJMS. E é onde funciona a Coordenadoria da Mulher até hoje.

Em 2019, a gestão do TJMS mudou e, como ocorre a cada biênio, os interesses e visões dos administradores influenciam na atuação dos órgãos que podem ficar mais ou menos engessados, das pessoas, mais ou menos motivadas. Porém, enquanto permaneci ali, vi que as pessoas pouco motivadas permaneciam pouco tempo. A maioria de nós, éramos pessoalmente e emocionalmente envolvidas com o trabalho. Algumas eram envolvidas com a causa, outras envolvidas com a oportunidade de se trabalhar em algo diferente de processos judiciais, trabalho repetitivo. Eu me enquadro no primeiro grupo, não era um trabalho apenas, era vivência, aprendizado e, por muito tempo, foi uma atividade realmente prazerosa.

Ali, conheci muitas pessoas também, devido à rotatividade de estagiários que prestam estágio por dois anos, às vezes menos. Entre elas, as estagiárias Rosana e Elisa, sobre as quais falarei mais adiante. Elas também se reconheceram mulheres em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher apenas depois de trabalharem ali, lendo os materiais que produzíamos, ouvindo nossas conversas e discussões sobre o tema. Suas histórias reforçaram em mim a certeza da relevância da propagação do conhecimento, da promoção do debate em todos os espaços, com todas as pessoas, e minha atuação na Coordenadoria da Mulher foi totalmente guiada por esta certeza. Era isto que eu queria fazer, foi o que me moveu até ali. Então busquei me envolver em projetos que tinham por objetivo levar informações para as pessoas, fui a fazendas, cidades interioranas, canteiros de obras, empresas, e, certa vez, em uma igreja, juntamente com outras colegas, porque a mim cabia falar especificamente sobre os aspectos legais, já que minha função era de assessora jurídica.

Aliás, este é um elemento definidor do órgão, o de espaços demarcados. Não porque a administração ou a coordenação ou qualquer outra pessoa com gerência institucionalizada o tenha definido, mas a dinâmica do trabalho em equipe assim definiu, a luta diária pela demarcação dos espaços de atuação individuais de cada uma que acabava se confundindo com a luta por espaço da própria temática no âmbito do Poder Judiciário, gerido essencialmente por homens e regido por leis que historicamente desprivilegiaram as mulheres.

Quanto a mim, havia uma tensão entre o que eu desejava realizar e o que as pessoas com quem me relacionava no setor haviam definido como meu espaço de atuação. Enquanto eu almejava atividades criativas, conversas e contato com pessoas, havia sobre mim uma certa pressão para que exercesse atividades meramente burocráticas como redigir ofícios, cartas, relatórios e pareceres. Era relação de poder ao modo da microfísica do poder de Foucault e, resistindo e atuando em contraconduta, colaborei na produção de materiais escritos, participei de reuniões, ministrei cursos e fiz palestras, ajudei a promover oficinas e atuei como facilitadora em um grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica contra mulheres, embora também redigisse ofícios, pareceres, relatórios e cartas.

Me esforcei para ocupar esses lugares e realmente sentia que estava cumprindo aquilo que me propus fazer. Mas o trabalho é cansativo, sobretudo durante a pandemia da Covid-19 e mais cansativo ainda foi lidar com as questões institucionais e com as tensões decorrentes da relação de poder com colegas, o que motivou minha saída da Coordenadoria em outubro de 2022. Como se pode imaginar, as questões relacionadas aos direitos das mulheres não encontram ambiente favorável em uma instituição marcada pelo desprestígio às mulheres seja porque as leis assim o fizeram durante séculos, seja porque o ambiente é predominantemente masculino. Lidar com isso, enquanto falava e ouvia sobre a violência contra as mulheres diariamente, lia processos de feminicídio para catalogação de dados e era a única mulher em uma sala com cerca de 10, às vezes 16 homens revoltados com as mulheres por serem acusados de violência doméstica, por duas horas por semana, já havia se tornado difícil. Somado a isso, as disputas internas, os jogos de poder, o descrédito e a falta de reconhecimento pelo trabalho realizado tornaram minha permanência no setor insustentável.

1.2. Iniciando a Jornada: Abraçando a Violência de Gênero como Tema de Pesquisa

O meu ingresso no Programa de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS foi totalmente motivado pelo trabalho que eu exercia e pelo espaço que eu desejava alcançar enquanto atuava na Coordenadoria da Mulher do TJMS. Após algum comentário sobre o mestrado em antropologia ser mais interessante do que em direito, pesquisei sobre o programa e me candidatei à aluna especial na disciplina “corpos, sujeito e poder” porque o título e a ementa do curso indicavam que havia uma relação muito próxima com a minha área de atuação, sendo este, inclusive, um dos argumentos da carta que enviei ao programa. Fui aceita e cursei a disciplina no segundo semestre de 2019. Então, decidi que participaria do programa como aluna regular e me submeti

ao processo seletivo três vezes, obtendo aprovação na terceira tentativa, sempre com o mesmo objetivo, pesquisar sobre violência de gênero contra a mulher.

E como meu despertar para a temática se deu após ouvir histórias de mulheres cujas vidas entrelaçaram com a minha, eu desejava ouvir mais histórias e analisá-las cientificamente.

Porém, falar sobre o tema no dia a dia com pessoas comuns, ouvir suas histórias de vida, suas experiências é muito diferente do trabalho acadêmico. Meu conhecimento teórico sobre o tema era ínfimo, a temática é um enorme palco de disputas e a experiência em ouvir mulheres em conversas cotidianas e ouvi-las enquanto pesquisadora são extremamente diferentes. Nas vezes que ouvi mulheres contarem suas histórias enquanto atuava na CMB e na Coordenadoria da Mulher, as conversas fluíram naturalmente, os detalhes eram contados aos poucos, em pequenas doses, tornando mais fácil eu digerir aquelas experiências narradas, até porque, as conversas alternavam entre as histórias de vida e outros assuntos triviais.

Porém, enquanto pesquisadora, há questões éticas e consequências a serem consideradas. Meu primeiro contato com o campo já me apresentou uma circunstância inesperada. Se antes tanto ouvi histórias naquele ambiente, enquanto atuava na CMB, agora, pesquisadora, não me foi permitido acionar as mulheres no local. A possibilidade de causar dano à participante com minha abordagem me apavorou e tornou aquele momento uma fase de insegurança e incertezas quanto à continuidade da pesquisa. Mas como bem pontua Araújo (2003), se houve um tempo em que pesquisadores acreditavam ser suficiente a determinação em fazer o bem, a integridade de caráter e rigor científico para garantir a eticidade de suas pesquisas, há décadas que tal premissa não é consenso, isso devido à maior difusão do conhecimento por meio da internet e à propagação de movimentos sociais em defesa dos direitos individuais e coletivos.

Quando consegui os números de telefones de dez mulheres, na minha primeira abordagem, tentei falar com três delas, consegui falar apenas com Maira que, ainda por telefone, me contou muito sobre a situação em que se encontrava em razão da violência praticada por seu ex-companheiro, e de um recente furto em sua residência. Combinamos nosso encontro em uma tarde de sábado, porém, ao chegar ao local, vi que não tinha ninguém na casa. Não sei ao certo se houve falha de comunicação ao marcar o encontro, ou se ela foi tomada por medo e desconfiança, mas posteriormente combinamos um novo encontro e finalmente pude ouvir a história dela.

E quando ouvi a história de Maira, fui disposta a falar com ela por uma tarde inteira, porém, nossa conversa durou pouco menos de duas horas, de uma forma menos natural,

mais travada, por mais que eu tenha me esforçado para fazê-la se sentir à vontade e confortável em relação a mim. A experiência foi totalmente diferente do que eu havia imaginado. Acredito que faltou um elemento importante para o resultado que eu esperava, a convivência, o vínculo entre duas pessoas que define o desejo de falar e o de ouvir e a confiança para não só falar, mas se apresentar como verdadeiramente são ambas as pessoas, a que narra e a que ouve. Além disso, entrei em contato com ela por intermédio da equipe técnica da Casa da Mulher, o que, provavelmente, interferiu no modo como Maira articulou sua narrativa e postura e definiu minha posição em nosso encontro, pois por mais vezes que eu afirmasse estar ali fazendo uma pesquisa acadêmica enquanto mestranda da UFMS, ela se referia a mim como parte do pessoal que trabalha na CMB.

1.3. Entre Desafios e Surpresas: Minha Inserção no Campo

Meu primeiro contato com o campo de estudo se deu em março de 2015 quando fui transferida para a 3ª Vara de Violência Doméstica, que funciona na Casa da Mulher Brasileira, o que se deu a meu pedido, já que fui convidada a compor a equipe de gabinete do juiz à época. O ambiente me pareceu calmo na ocasião, com um jardim central, paredes coloridas, salas amplas e bem iluminadas, muitas mulheres de diferentes profissões e vinculadas a diversos órgãos públicos trabalhavam naquele lugar. Eu diria que havia muitos sorrisos ali também.

Aquele espaço, recém-inaugurado com a presença da Presidente da República, estava pronto para recepcionar mulheres em situação de violência, seria onde elas receberiam atendimento policial, jurídico, psicológico, social e informações para desenvolvimento da autonomia e renda.

A Casa da Mulher Brasileira é uma das principais ações do Programa Mulher: viver sem violência, lançado em 2013 pela então Presidente Dilma Rousseff, tendo por principal objetivo a reunião, em um só espaço, dos serviços de atendimento à mulher para possibilitar a ela o rompimento do ciclo de violência em que se encontra¹. Nas palavras da Ex-Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci (2015):

¹ Conforme Relatório de Gestão Casa da Mulher Brasileira Campo Grande-MS: 2017-2020 (2021), os serviços oferecidos no local, especificamente, são: recepção, acolhimento e triagem; apoio psicossocial inicial e continuado; brinquedoteca; delegacia especializada de atendimento à mulher (DEAM); promotoria de justiça; defensoria pública; vara especializada de violência doméstica e familiar contra a mulher; serviço de autonomia econômica (FUNSAT); alojamento de passagem; central de transportes e patrulha Maria da Penha.

A Casa da Mulher Brasileira revoluciona o modelo de enfrentamento à violência contra as mulheres, pois integra, amplia e articula os equipamentos públicos voltados às mulheres em situação de violência. (...) Evita que elas sejam revitimizadas nessa rota crítica, nesse caminho fragmentado, em busca de atendimento pelo Estado. Este espaço representa um projeto comum, um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, trabalho e outras; visando à proteção integral e à autonomia das mulheres. Um espaço onde prevalece o respeito a todas as diferenças, sem discriminação de qualquer espécie e sem imposição de valores e crenças pessoais. (p. 5)

Destaca-se, ainda, que Campo Grande foi a primeira capital brasileira a receber o projeto e se tornou modelo para o restante do país.

Para mim, pessoalmente, foi um ambiente de muito aprendizado e muitas reflexões sobre as vidas que eu lia nos processos judiciais, as histórias de vida que ouvia de mulheres com quem trabalhava e sobre minha própria história e experiências.

Algum tempo depois, quando já não estava trabalhando naquele ambiente, mas continuava trabalhando na área da violência doméstica e familiar contra a mulher, decidi entrar para o programa de mestrado em Antropologia Social da UFMS, com um projeto de pesquisa que visava analisar as violências cotidianas contra mulheres, utilizando como método a etnografia de história de vida.

Estávamos em um momento atípico da história recente, o auge da pandemia de Covid-19. Naquele momento, nossos espaços de estudo, trabalho e lazer era um só, pois em razão das medidas de biossegurança, quem podia, trabalhava e estudava à distância, do computador de casa. Foram tempos de contatos à distância, de muitas conversas por texto, de reuniões por videoconferência.

A princípio, minha proposta era acompanhar a equipe da Casa da Mulher que possuía um programa de acompanhamento de mulheres que por lá passaram, consistente em rodas de conversas realizadas nos bairros de Campo Grande. Porém, em razão da pandemia, as rodas de conversas foram suspensas.

Em abril de 2021, quando já havia submetido meu projeto ao programa de mestrado, fui até a Casa da Mulher para iniciar as tratativas a fim de materializar minha pesquisa, que, em razão da suspensão das rodas de conversas nos bairros, intencionava realizar naquele local. Já que transitei por ali por pouco mais de dois anos, as pessoas me conheciam, não haveria problemas. Fui de manhã, um pouco eufórica. Alguns minutos de espera e fui recebida pela gerente da CMB. Apressei-me em dizer que trabalhei ali e onde estava

trabalhando no momento, apresentei meu projeto de forma objetiva e logo me percebi uma estranha naquele ambiente.

Não uso o termo estranha para me referir ao estranhamento que se fala em Antropologia Social no sentido em que inaugurado por Malinowski (1970), para quem:

A abordagem formal é a base para a nossa convicção e prova disso, porque em trabalho-de-campo sociológico e etnográfico é possível definir as ideias, as crenças, as cristalizações emocionais de uma cultura completamente diferente – com um alto grau de precisão e objetividade. (p.32)

Uso o termo para expressar meu sentimento de estranheza naquela cena, certamente porque fantasiei aquele encontro previamente e, em minha fantasia, uma projeção do futuro criada em minha imaginação, o encontro se realizava de outra forma. Isso me levou a refletir sobre meu papel enquanto pesquisadora no campo da Antropologia, o que tanto debatemos em aulas, especialmente nas disciplinas de participação obrigatória do programa. Afinal, quais são os limites desse estranhamento que tanto falamos em Antropologia Social? Quais os aspectos dessa relação do eu estudando o outro, tão importante quando se fala em etnografia, estão aplicados ao meu objeto de pesquisa que são as histórias de vida de mulheres residentes na mesma cidade que eu?

A gerente me informou que não seria possível realizar a pesquisa no local, questionando-me: “já imaginou se autorizarmos todas as pessoas que querem fazer pesquisa aqui”. Fiquei incrédula e, sem saber o que dizer, fiquei em silêncio, com uma expressão no rosto de dúvida quanto ao futuro. Mas ela se adiantou e disse-me que eu entrasse em contato com a psicóloga da SEMU, “uma pessoa muito estudiosa, ela gosta muito de estudar, e te orientará quanto aos caminhos para conseguir realizar sua pesquisa”.

Criada por meio do Decreto Municipal nº 13.063/2017, a Subsecretaria de Políticas para a Mulher, vinculada à Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais da Prefeitura Municipal de Campo Grande, possui a finalidade de formular políticas públicas, propor ações, desenvolver estudos e diagnósticos, recepcionar denúncias de discriminação à mulher, promove o encaminhamento delas para os órgãos responsáveis e assegurar a assistência e proteção integral da mulher em situação de violência e risco, para garantir que elas participem do desenvolvimento do município em seus aspectos econômico, social e cultural². E, conforme

² Art. 1º À Subsecretaria de Políticas para a Mulher (SEMU), nos termos do disposto no art.14, XIV da Lei n. 5.793, de 3 de janeiro de 2017, compete:

I – a formulação das políticas públicas para assegurar à mulher o exercício pleno de seus direitos e a sua participação no desenvolvimento econômico, social e cultural do Município;

o Mapa da Violência Contra a Mulher em Campo Grande – MS (2018), a SEMU é o órgão responsável pela gestão da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande, garantindo a estrutura de pessoal necessária para a execução de vários dos serviços prestados no local, como recepção, atendimento psicossocial, brinquedoteca, alojamento e central de transporte. Quase a metade do total desses profissionais que atuam na Casa da Mulher é vinculada à Prefeitura Municipal e, dentre estes, a maioria é vinculada diretamente à SEMU.

Demorei algum tempo para entrar em contato com a psicóloga, quem eu já conhecia em razão do meu trabalho na CMB. Precisei elaborar aquilo, por dois motivos, um era a incerteza quanto à realização da pesquisa e outro era o constrangimento por eu não ter pensado que a minha intervenção com as mulheres naquele espaço poderia ser considerada, por si só, uma violência para elas.

De fato, apesar de eu nunca ter atendido uma mulher no momento que ela chegara ali para seu primeiro atendimento, sabia que muitas delas buscam atendimento no local quando uma violência acabou de acontecer. Sabia que muitas chegam à Casa da Mulher fragilizadas, inseguras, com medo, confusas. Então, de fato, abordá-las para ouvir suas histórias poderia causar muitos desconfortos e, até, revitimização.

É que minha experiência com as mulheres que buscavam atendimento na Casa era bem específica, atendi pouquíssimas, todas essas queriam falar com a juíza para que suas medidas protetivas fossem revogadas e eu, na condição de assessora da juíza, as atendia e posteriormente repassava a demanda para a magistrada. Foi nessas ocasiões que tive a oportunidade de ouvir fragmentos de suas histórias, seus sentimentos, suas percepções sobre o que sofreram e suas motivações para solicitarem a revogação das medidas de proteção, sendo que todas elas falavam abertamente e sem resistência.

Mas foi a história de vida de uma mulher em específico, Márcia, que me inspirou a apresentar a proposta desta pesquisa para o programa de mestrado. Não era uma usuária da Casa, mas uma prestadora de serviços que atuava ali e com quem eu mantive diálogo várias vezes durante os dois anos em que prestei serviços na Casa da Mulher. Por trás de sua personalidade gentil e afetuosa estava uma história de ausência do pai e da mãe durante a

II – a proposição de ações voltadas para a eliminação da discriminação e da violência que atinge a mulher, possibilitando a promoção da sua integração como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural do Município;

III – o desenvolvimento de estudos e elaboração de diagnósticos sobre a situação da mulher no Município e o apoio à mobilização feminina;

IV – a recepção e o encaminhamento aos órgãos competentes de denúncias relativas à discriminação da mulher, requerendo providências efetivas e acompanhando a adoção de solução;

V – a promoção da assistência e proteção integral a mulheres em situação de violência e risco.

infância e de um relacionamento abusivo com o companheiro com quem ela tinha dois filhos. É interessante neste caso, que ela apenas se reconheceu como uma mulher em situação de violência doméstica e familiar após atuar como prestadora de serviço naquele local e manter contato com a temática. Cerca de um ano e meio depois, e de acompanhamento psicológico, ela rompeu o relacionamento.

Quando finalmente enviei mensagem para a psicóloga, tratávamos, ao mesmo tempo, sobre minha pesquisa e sobre as atividades que a Coordenadoria da Mulher do TJMS e a SEMU estavam realizando em conjunto. Naquele momento, estávamos no auge da pandemia de Covid-19, imersas na rotina de trabalho que era outra, tivemos que nos reinventar para continuar colocando em pauta o enfrentamento à violência contra a mulher que, durante a pandemia, ganhou outros contornos.

Combinamos uma reunião com as técnicas que atuavam na CMB para que eu apresentasse o projeto e elas dissessem o que seria possível. No entanto, por diversos motivos, essa reunião somente se realizou muito tempo depois.

Antes dela, porém, reunimos a psicóloga, meu orientador e eu na sede da SEMU. Naquele momento, eu dependia de uma autorização por escrito da subsecretária para apresentar ao Comitê de Ética. Aquela primeira reunião visava à apresentação do projeto de pesquisa e o esclarecimento de dúvidas à subsecretária para que fosse viabilizada a esperada autorização.

Na ocasião, conversamos também sobre quais seriam essas mulheres, para além do recorte que havia constado no projeto de pesquisa (ser mulher, maior de idade, residente na região do Anhanduizinho e que tivesse sido atendida na Casa da Mulher Brasileira, uma questão primordial apresentada pela técnica foi: a fase do ciclo de violência que essa mulher se encontra.

A teoria do ciclo da violência acatada pelas profissionais e institucionalizada nos órgãos e serviços de atendimento à mulher foi desenvolvida pela psicóloga estadunidense Lenore E. Walker e publicada em seu livro *Battered Woman* (1979). Após a oitiva da história detalhada de 120 mulheres e fragmentos das histórias de mais de 300 mulheres agredidas por parceiros íntimos nos Estados Unidos, Walker percebeu que a violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito dos relacionamentos afetivos se desenvolvia em três fases, sendo a fase de acúmulo de tensão, a fase da explosão ou espancamento agudo e a fase da pausa calma e amorosa.

Para Walker, a fase de acúmulo de tensão é marcada pela negação por parte da mulher e ao mesmo tempo pela sensação de iminente ataque. Assim, ela se esforça para controlar o ambiente em volta do agressor para que não aconteça a explosão. A mulher vive em constante vigilância para evitar que qualquer circunstância perturbe o agressor e ele dirija a ela

a descarga das tensões que acumulou. Por isso, é comum que as mulheres em situação de violência doméstica se afastem de pessoas, inclusive familiares, e de situações que aborreçam o parceiro.

Já a fase da agressão aguda é mais curta, geralmente dura de duas a vinte quatro horas e é caracterizada pela falta de previsibilidade e de controle. Logo em seguida à agressão aguda, a mulher passa pelo estado de choque, negação e descrença de que aquilo realmente aconteceu. Depois passa pelo processo de racionalização da situação, assumindo parte da culpa ou criando desculpas para o comportamento do agressor. Nesse estágio, segundo Walker, as intervenções, especialmente das forças de segurança, significam maior risco para a mulher, já que muitas relataram que as agressões intensificaram após a saída de policiais que foram chamados para socorrê-las.

De outro lado, o agressor também racionalizou a situação, iniciando a terceira fase do ciclo, em que ele promete mudança de comportamento, pede perdão, dispensa carinho e atenção para a mulher agredida. Nesta fase do ciclo, se fortalece o sentimento de cumplicidade entre os dois e a mulher associa esse homem que agora a trata com carinho e amorosidade com o homem por quem se apaixonou. Além disso, neste momento, ambos são impelidos pelos valores sociais de manutenção do amor, do casamento e da família e a mulher se sente no dever de ajudar esse homem que agora se mostra frágil e inseguro. Ela acredita que a melhora dele, e até sua própria vida, dependem dela.

Claro que as mulheres atendidas na Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande, nos dias atuais, podem estar sujeitas a circunstâncias e peculiaridades próprias, que exige maiores estudos e análises, mas a teoria de Walker (1979), adotada pelas redes de enfrentamento e de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar local, nos oferece um bom panorama da importância de se observar a fase em que essas mulheres se encontram para realizar a abordagem, principalmente porque meu encontro com elas é intermediado pela Casa.

Para as profissionais que atendem essas mulheres diariamente, o momento que ela se encontra no ciclo é fator importante para acessar suas histórias de vida, pois a depender da situação emocional do momento, elas estão mais ou menos abertas a qualquer contato e intervenção.

Uma mulher que busca atendimento na Casa da Mulher pela primeira vez, via de regra, está envergonhada, sentimentalmente confusa e deseja apenas que seu problema seja resolvido. Interpelá-las sobre a possibilidade de participação em uma pesquisa seria problemático porque muitas eventualmente não iriam aceitar e outras mudariam de ideia posteriormente. Já a mulher que procura a Casa para solicitar revogação de medidas protetivas

também não quer contato com pessoas que façam muitas perguntas. Isso porque, não raras vezes, a medida protetiva se torna um problema em suas relações, às vezes com o agressor e outras com familiares, dos quais ela está tentando se libertar.

O que me foi sugerido, e então tomei conhecimento, é que a Casa da Mulher tem uma equipe específica que realiza um acompanhamento de algumas mulheres que estão em situação que demanda maiores cuidados, seja porque estão em situação de maior vulnerabilidade econômica ou emocional ou porque estão em situação de risco de vida, e esta equipe indicaria as mulheres que pudessem participar da pesquisa.

Assim, foi agendada com as técnicas que atuam no acompanhamento continuado uma reunião a se realizar na Casa da Mulher.

No dia combinado, às sete horas e meia da manhã, cheguei ao local. Havia ali, uma tensão no ar, já que o momento político em Campo Grande era instável³. Enquanto aguardava a chegada da psicóloga, fui recepcionada pela gerente da CMB, com quem mantive uma conversa empolgada. Nosso diálogo centrava-se na situação em que a gerente se encontrava, de grande desgaste físico e mental, o que exigia dela o afastamento de suas funções, mas que estava presa pela necessidade de continuar o trabalho.

Essa circunstância, especialmente a de esgotamento emocional, esteve presente nas conversas seguintes e, ao final daquela minha permanência ali, eu estava certa de que o trabalho nessa área de atendimento às mulheres vítimas de violência é pesado e desgastante.

Alguns minutos e um café depois, nos dirigimos a uma sala de reuniões bem iluminada pela luz natural. Sentei-me em uma das muitas cadeiras dispostas em um bloco de mesas que contornava a sala de modo que parecia que estávamos em uma grande mesa oval. Aos poucos, as técnicas do setor psicossocial foram chegando e se acomodando. Minha interlocutora se pronunciou, anunciando o motivo da reunião, solicitou que as técnicas e eu nos apresentássemos.

³ O prefeito havia se afastado das funções para concorrer à eleição de governador, tendo a vice-prefeita assumido o cargo. Durante a campanha eleitoral para governador, diversas mulheres denunciaram o candidato por crimes sexuais que teriam ocorrido enquanto ele exercia o mandato de prefeito de Campo Grande. Notícia veiculada pelo portal G1, em julho de 2022, anunciava que ele era investigado com outras três pessoas pelos crimes de assédio sexual, importunação sexual, favorecimento a prostituição, estupro e tentativa de estupro e que a investigação teria iniciado a partir do depoimento de quatro mulheres. Além daquela situação ter abalado negativamente (e irremediavelmente) a campanha do candidato a poucas semanas das eleições, a única delegacia especializada de atendimento às mulheres de Campo Grande está instalada nas dependências da Casa da Mulher e, portanto, é ali que corria as investigações sobre o caso. Outra notícia do mesmo portal veiculada em novembro do mesmo ano, anunciava que o Ministério Público o denunciou por crimes contra a dignidade sexual praticados contra sete mulheres. Já o acusado dizia que estava sendo vítima da maior perseguição política já praticada no estado.

E todas as vezes que fui apresentada a alguém nas minhas duas visitas à Casa da Mulher enquanto mestrand, fui anunciada como uma parceira da Casa, que trabalhava na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça. Devo confessar que esta situação me deixava um pouco desconfortável, porque àquela altura eu já havia decidido pedir desligamento da Coordenadoria da Mulher. Além disso, apesar de inicialmente eu ter utilizado da minha condição de ex-servidora na Casa da Mulher para acessar aquele espaço, certamente, em razão da minha decisão de não continuar trabalhando na área da violência contra a mulher no âmbito do Poder Judiciário, a ideia de que as participantes da minha pesquisa me associariam a alguém que trabalha no atendimento às mulheres em situação de violência me incomodava.

No início daquela reunião, eu ainda estava apreensiva sobre a eventual impossibilidade de acessar as mulheres por meio da CMB. Mas após alguns minutos de conversa, algumas narrativas e exemplificações sobre as condições das mulheres quando buscam os serviços do local, restou decidido que o melhor seria a equipe que atua no atendimento continuado selecionar as mulheres e convidá-las a participarem da pesquisa. Isto porque, as mulheres que estão em situação de acompanhamento continuado possuem um vínculo já estabelecido com a equipe, uma relação de confiança que facilitaria o meu acesso a elas. Além disso, a equipe tem uma visão mais ampla da situação dessas mulheres e os riscos a que estão submetidas, não só do ponto de vista psíquico e emocional, mas também do risco de morte.

Senti durante aquele tempo de conversa que tive que insistir para que compreendessem que meu objeto de estudo não seria a violência doméstica e familiar em si, tão pouco a violência sofrida pelas participantes que as levaram a procurar atendimento na Casa da Mulher. Por mais de uma vez eu disse que o foco da minha pesquisa não seria a violência que a fez buscar atendimento na Casa, mas sim, sua história de vida, por meio da qual eu buscaria entender como essas mulheres lidam e dão significado às violências cotidianas.

Quando, enfim, compreenderam que meu objetivo era escutar e analisar a história de vida dessas mulheres, as técnicas presentes na reunião manifestaram interesse pelo resultado da pesquisa porque elas, ao atenderem as mulheres que procuram a Casa, não conseguem analisar a vida das atendidas, suas histórias, já que em razão da alta demanda e da especificidade do atendimento que realizam, focam no fato que as levaram ao local, o que no caso da CMB de Campo Grande, como disseram as técnicas, na grande maioria, trata-se de violência doméstica e familiar praticada por homens com quem essas mulheres possuem relação íntima de afeto (namorados, maridos, companheiros).

Este aspecto se faz presente em informações oficiais da Casa da Mulher. O Relatório de Gestão Casa da Mulher Brasileira Campo Grande-MS: 2017-2020 (2021) apresenta a seguinte tabela quanto aos registros de ocorrências na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, evidenciando que mais de 80% dos casos se referem à violência doméstica e familiar:

Tabela 2: Crimes registrados na DEAM/CMB – 2017 a 2020

Tipo de crime	2017	2018	2019	2020
Violência doméstica	6.063	5.958	6.413	5.755
Estupro	206	220	554	407
Importunação sexual	48	38	102	86
Feminicídio tentado	24	22	22	14
Feminicídio consumado	5	5	5	11
Outros	1.001	1.172	990	1.055
Total de registros	7.347	7.415	8.086	7.328

Fonte: DEAM.

Insistiram que, ao final do meu trabalho, eu o apresentasse para a equipe, que desse uma devolutiva sobre o resultado da pesquisa, já que elas desejam saber mais sobre essas mulheres que diariamente são atendidas no local porque presumem que as histórias de vida das mulheres podem ajudá-las a compreender alguns processos pelos quais algumas vítimas de violência doméstica passam, como a autculpabilização, a negativa em solicitar atendimento policial e medidas judiciais, a permanência no ciclo da violência etc.

Questionei-as como se sentiam diante desses casos em que é preciso convencer a vítima de que ela está em situação de violência e de perigo e muitas das técnicas demonstraram cansaço, e sofrimento, eu diria. Dedicamos alguns minutos da reunião falando sobre isso, sobre casos reais de mulheres que chegam em extrema situação de vulnerabilidade e do cansativo esforço das técnicas para que essas mulheres assumam uma postura de autoproteção e autopreservação. De casos em que assistentes sociais e psicólogas pedem exoneração do cargo público que ocupam por não conseguirem lidar com esse tipo de atendimento.

Nesse momento, me senti arrastada para um lugar de sofrimento profissional e abandono psíquico. Pelo que percebi, não há um programa do ente público empregador para acompanhamento e atendimento às técnicas que atendem essas demandas. Elas se socorrem umas às outras para lidarem com a intensa frustração diária decorrente da especificidade do trabalho que executam.

Apesar do meu desejo de continuar escutando as técnicas sobre suas rotinas de atendimento e seus sentimentos em relação ao trabalho que executam, o movimento naquele local é intenso. Nossa reunião foi interrompida duas vezes, uma para apresentação de uma equipe de servidores do poder judiciário de outro estado que estavam conhecendo a Casa da Mulher e outra se deu porque havia outra reunião agendada com uma turma de universitários da UFMS e uma professora que chegaram e se instalaram na sala de reuniões enquanto ainda conversávamos sobre os dissabores da atuação no atendimento às mulheres em situação de violência.

Finalizada a reunião e estabelecido que seria a equipe de atendimento continuado quem faria a triagem e entraria em contato com as mulheres questionando-as se aceitariam participar da pesquisa, dirigi-me a outra sala onde pude contar quatro estações de trabalho e uma mesa redonda de reuniões. No local, cinco técnicas (duas assistentes sociais e três psicólogas) e um auxiliar administrativo realizam o atendimento e acompanhamento continuado de mulheres que estão em situação que exige maiores cuidados. No momento, estavam duas técnicas, com quem continuei conversando sobre o impacto desse tipo de trabalho na vida daquelas profissionais. Suas narrativas oscilam entre os dissabores e o prazer do trabalho. Havia ali uma clara demonstração de empenho e desejo de realizar o trabalho delas da melhor forma possível para impedir que uma mulher seja mais uma vítima fatal da violência doméstica. Mas havia também os lamentos e o cansaço decorrentes da frustração diária porque as mulheres se inserem num ciclo que envolvem muitas questões emocionais e culturais.

Porém, não havia muito tempo para nos dedicarmos a esse assunto, já que as demandas do setor são muitas e o dever do trabalho nos impelia a encerrar nossa conversa para que aquelas profissionais se dedicassem a resolver as demandas daquela manhã⁴.

No entanto, antes de sair dali com minhas anotações e combinados, uma última orientação me foi dada. Eu deveria tomar medidas que preservassem também a minha segurança pessoal, como não realizar o primeiro encontro na residência da participante e questioná-la previamente sobre a atual situação com o agressor que a levou a procurar a Casa da Mulher,

⁴ Em 2020 foram realizados 12.436 atendimentos a mulheres, o que significa que cerca de 34 mulheres são atendidas na casa diariamente, todos os dias da semana. Esse número de atendimento é ainda maior nos anos anteriores conforme Relatório de Gestão Casa da Mulher Brasileira Campo Grande-MS: 2017-2020 (2021), lembrando que, em 2020, estávamos no auge da pandemia de Covid-19 o que acarretou na diminuição do número de mulheres a procurar os serviços da Casa. Podemos cogitar alguns fatores que influenciaram nessa diminuição, como a falta de transporte público, que em alguns momentos foi diminuído na capital, a perda de emprego e falta de recursos até mesmo para o passe de ônibus para essas mulheres chegarem no local, a insegurança financeira que obrigou essas mulheres a permanecerem em relacionamentos abusivos etc.

porque elas próprias já haviam passado por situações de risco como chegar na residência de uma mulher atendida e ela pedir para que fossem embora porque seria perigoso se seu companheiro chegasse no local, mesmo elas acompanhadas do motorista, um homem, nas palavras de uma delas.

Essa circunstância me trouxe alguns pontos para refletir. O primeiro é que eu, enquanto mulher, que cresceu numa família formada apenas por mulheres e que aprendeu a temer o mundo em razão da minha condição de mulher, apesar de não ter considerado as questões de segurança pessoal no momento do encontro com a participante previamente, fui atravessada por um forte temor pela minha integridade física naquele momento. Deveria eu solicitar que alguém me acompanhasse? A primeira pessoa em quem pensei foi meu companheiro, e nos dias que se seguiram, passei a refletir sobre um dos papéis que ele exerce na minha vida, que é o de me proporcionar segurança, protegendo-me, principalmente, do ataque de outros homens. Me dei conta do porquê o uso da aliança de casamento é importante para mim, para muito além de demonstrar que fui escolhida⁵, a ostentação do símbolo do casamento serve também para repelir o assédio de outros homens. E esta é uma circunstância que compõe as relações sociais de gênero do nosso cotidiano. Em um grupo reflexivo para homens autores de violência do qual participei como facilitadora, pude notar que essa situação sempre aparecia como parte da socialização dos homens, seja quando relatavam o que sentiam quando suas companheiras eram assediadas por outros homens em ambientes públicos, quando estavam sozinhas por alguns instantes, seja quando argumentavam que dar uma cantada numa mulher desacompanhada é natural, mas fazer isso quando ela está acompanhada de outro homem é um ato de desrespeito ao homem que a acompanha.

Outro ponto refletido foi como eu estabeleceria a relação com meu grupo etnográfico, como eu conseguiria estabelecer um vínculo de confiança suficientemente forte para que me narrassem suas histórias de vida, seus sentimentos, suas percepções do mundo e das experiências que viveram se meu primeiro contato fosse marcado pelo medo de entrar em suas vidas?

Por outro lado, a minha inserção na vida dessas mulheres, colocariam elas em situação de risco? Isto é, o fato de uma mulher em situação de violência doméstica falar comigo

⁵ A ideia de ser escolhida é utilizada na concepção da psicóloga Valeska Zanello (2018) que afirma que mulheres são subjetivadas por, entre outros dispositivos, o amoroso. Ou seja, ter um homem que nos escolha é um fator identitário para nós, nos legitima enquanto mulher. Para ilustrar essa condição, ela criou a metáfora da “prateleira do amor” que é marcada pelo ideal estético. Para atrair o olhar desejante do homem, a mulher deve estar bem posicionada na prateleira do amor, precisa ter perseguido e cumprido os protocolos e valores estéticos consolidados.

enquanto pesquisadora, cujo encontro seria intermediado pela Casa da Mulher, seria motivo para a prática de outras violências? Seria suficiente que eu as questionasse previamente sobre isso? O fato de elas aceitarem participar da pesquisa e assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido libertaria minha mente de qualquer culpa ou responsabilidade caso algo acontecesse a elas?

O terceiro ponto é que para a experiência etnográfica eu esperava conhecer a realidade do local físico onde essas mulheres se inserem e vivem suas vidas embora o método que optei para este trabalho não exija tal vivência.

1.4. O Não Encontro

Ainda imbuída dos questionamentos sobre minha aproximação com o grupo etnográfico, escolhi três das mulheres que constavam na lista a mim encaminhada pelo núcleo de acompanhamento continuado da Casa da Mulher. Decidi enviar mensagem por Whatsapp e também ligar. Ao enviar a mensagem, me apresentei como pesquisadora e esclareci que se tratava de um contato anterior em que ela foi interpelada sobre o desejo de participar de uma pesquisa. Porém, tomei o cuidado de não mencionar a Casa da Mulher na mensagem de texto, porque embora na lista que me foi encaminhada constasse que ambas não haviam retornado com o agressor, considerando o tempo que havia se passado entre o envio da lista e o meu contato, a situação poderia ter se alterado.

Quanto ao contato por ligação, não fui atendida, sendo que alguns minutos depois uma das mulheres me retornou a ligação. Era Maira. Usei a mesma tática, mas a interlocutora não se recordava de ter aceitado participar de uma pesquisa, então, mencionei que o contato teria sido realizado pela Casa da Mulher e ela se lembrou de ter sido questionada e confirmou o interesse. Expliquei o método, que pretendia ouvir sua história para analisar como ela lidava com as violências cotidianas ao longo de toda a vida.

Incrivelmente, ela estava totalmente aberta a falar de sua situação que, em sua narrativa, girava em torno do evento que a levou a ser atendida pela CMB. Sua situação era precária no momento, residindo em um anexo nos fundos da casa de uma amiga, com três dos seus quatro filhos de 2, 4, 8 e 12 anos de idade e com poucos instrumentos domésticos de bem estar e sobrevivência⁶. Apesar disso, mostrava-se firme e riu muitas vezes durante nossa conversa em que narrou dois eventos recentes de furto a sua residência, abuso sexual na

⁶ Estava sem geladeira, sem TV e com apenas um ventilador.

infância, gravidez atual, ameaça de morte, agressão física e tortura praticadas pelo ex-companheiro de quem estava se escondendo ao residir em um bairro distante do dele.

Depois de mais ou menos 40 minutos em que falamos, percebi a predominância do dispositivo materno em sua narrativa. Uma mãe que não abandona os filhos por homem nenhum, que corrige o filho para que ele não se torne um “maloqueiro” ou um agressor como o pai e que não precisa de homem nenhum para cuidar dos filhos, nem de pensão alimentícia.

Não é porque estou grávida que vou morar com ele não. Tenho meus outros filhos e você sabe né, é perigoso, ainda mais porque tenho uma adolescente em casa. [...] Ah, eu to com dificuldade com o meu menino mais velho. Ele não mora comigo, mora com a avó. Mas eu converso muito com ele, explico as coisas. Não quero que ele vire um maloqueiro, nem um agressor como o pai dele. Eu falo, olha a situação que eu tô, não seja como seu pai. [...] Nenhum dos pais dos meus filhos pagam pensão e nunca fui atrás disso não. Pra eles ficarem controlando, exigindo visita? Não, melhor não.

Trata-se de um exercício diário, no caso da minha interlocutora, que sobrevive apenas de benefício assistencial do governo federal e se dedica apenas aos cuidados com os filhos diariamente. Ela demonstra motivar-se em seguir em frente, fazer planos para mobiliar a casa novamente em razão dos filhos. Porém, também tem planos de um novo relacionamento, residir no mesmo espaço físico que o pai do filho que está gestando, desde que ele demonstre que consegue lidar e aceitar seus outros filhos de relacionamentos anteriores. E a existência de filhos de outros relacionamentos é um fator que perpassa as preocupações das mulheres ao relacionarem com homens já que existe a ideia de alta probabilidade de ocorrência de abusos sexuais praticados por padrastos contra crianças e adolescentes filhos unilaterais das mulheres, sendo que, quase sempre, há julgamento moral das mães quando esse fato ocorre.

Além disso, a existência de filhos de outros relacionamentos é um fator de risco de vida para mulheres que estão em situação de violência doméstica e familiar. Em um levantamento que realizei para a elaboração do “Relatório do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul: Feminicídio” em ações penais de feminicídios ocorridos em todo o estado de Mato Grosso do Sul, publicado em 2021, constatei que é maior a incidência de casos de feminicídio quando a vítima possui filho de outro relacionamento do que quando a vítima possui filho com o feminicida.

Tal saber também está presente da vida cotidiana das mulheres o qual é traduzido pela interlocutora quando ela, ao me relatar que em um dos rompimentos com o agressor se relacionou com outro homem e ele com outra mulher me diz: “mas você sabe né, homens nunca esquecem os outros relacionamentos que as mulheres tiveram”, narrando que o fato de ela ter

se relacionado com outro homem durante o período em que estavam separados era motivo de brigas e agressões por parte dele, ao passo que ela não se incomodava com o fato de ele também ter se relacionado com outra mulher.

Agendamos minha visita a sua casa depois de explicar a ela que poderíamos nos encontrar em qualquer lugar que fosse mais confortável para ela, inclusive poderia ser no câmpus da UFMS onde a receberia em uma sala privativa de uso do meu orientador. Ela me explicou que, como tinha filhos pequenos e encontrava-se gestante, preferia que fosse na casa dela. Combinamos uma tarde de sábado. Um dia antes, enviei mensagem confirmando minha ida até ela. E no dia seguinte, logo no início da tarde, fui. Era um sábado de céu nublado, o bairro onde ela mora é distante. Solicitei ao meu companheiro que me levasse até lá e na volta usaria transporte de aplicativo. Após quilômetros de estrada de asfalto, chegamos ao bairro, cujas ruas são de terra e muitas casas. Depois de encontrar a casa de número 260, bati palmas, o que causou muitos latidos de cachorros na vizinhança. Insisti, e não fui atendida. Liguei no telefone por meio do qual nos falamos antes, telefone que era da amiga e, igualmente, não fui atendida. Enviei um áudio pelo Whatsapp e voltei para casa muito frustrada. Estaria minha pesquisa fadada ao fracasso? Eu nunca havia realizado pesquisa de campo, este era um momento único e desconhecido. Estava tensa e insegura.

Três horas depois, ela me enviou um áudio, dizendo que havia confundido o dia, achou que eu iria no domingo, então havia saído para visitar o pai e por isso não me atendeu. Fiquei muito tempo pensando sobre essa confusão e concluí que talvez ela também estivesse insegura em me receber, em participar da pesquisa, o que, de uma certa forma se confirmou posteriormente, pois quando finalmente nos encontramos, numa tarde de quinta-feira, ela expressou estar com vergonha de mim, embora não tenha me dito do que exatamente sentia vergonha.

2. DA INVISIBILIDADE À CONSCIÊNCIA: ADOÇÃO DO GÊNERO COMO EIXO ANALÍTICO, PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO DA DOR

Ao questionar se as mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação, Abu-Lughod (2012) discorre as concepções sobre o véu e a burca utilizados por mulheres muçulmanas e que teriam sido utilizadas como chamariz para campanhas feministas nos Estados Unidos e Europa no pós 11 de setembro. Embora não tenha sido este o objetivo de Abu-Lughod, que se propôs a expor reflexões sobre o relativismo cultural, trazendo nítida crítica ao uso da narrativa contra o véu e a burca como mecanismo de defesa da posição dos Estados Unidos como combatente do terrorismo, sua obra nos oferece também reflexões sobre o significado do uso da vestimenta a partir do contexto das mulheres que a usam, para as quais, ao contrário das narrativas de mulheres estadunidenses e europeias, não significam opressão e violação, mas símbolo de pertencimento e de respeitabilidade.

Para Abu-Lughod, o movimento para libertar as mulheres muçulmanas do véu tinha por finalidade esvaziar as críticas às ações dos Estados Unidos, promover o esquecimento sobre os anos de intervenção no caminho da sociedade do Afeganistão (e de tantas outras).

Porém, pode-se questionar se a iniciativa fora tomada deliberadamente com esta finalidade ou se aquelas mulheres sinceramente acreditavam na opressão das mulheres muçulmanas pelo uso do véu e da burca porque inadvertidamente desconsideraram os costumes e práticas de outros povos na clara adoção do etnocentrismo.

Rita Segato (2021) nos oferece um outro exemplo sobre o significado de violência a depender do contexto sociocultural no qual o indivíduo está inserido. Trata-se de um caso narrado a ela pela professora xavante Isabel Rê'amo Wadzatsé da aldeia Imaculada Conceição:

Em uma família da sua aldeia xavante, uma jovem casada cometeu adultério com um indígena do mesmo povo morador da cidade. O indígena que seduziu a jovem havia sido cooptado e corrompido pela sociedade branca e ocupava um cargo político eleitoral no município. Manteve uma relação com ela e depois a abandonou. A jovem, então, pediu para retornar a sua casa, seu jovem marido a perdoou e abriu-lhe as portas para que voltasse, e seus pais também estavam dispostos a receber a jovem de volta; porém, a lei tribal havia-se tornado automática. No caso de a jovem retornar, duzentos jovens guerreiros a violariam, aplicando maquinalmente e concedendo materialidade ao que antes sempre foi uma fórmula do discurso. (Segato, p. 113)

Embora o cerne da questão discutida pela autora é a má compreensão de leis e costumes dos povos indígenas que não devem ser entendidas como leis que se burocratizam e se tornam independentes, pelo menos não antes da interferência do mundo não indígena, mas

como uma figura do discurso para fazer respeitar os limites da conduta feminina na comunidade, o que interessa aqui é o que esta violação coletiva significa para os indivíduos, inclusive para as mulheres. Para Segato, o estupro coletivo neste caso é visto como um castigo físico e que não possui o mesmo significado de assassinato moral e desprestígio à mulher como o é para a sociedade não indígena, pois a sexualidade é entendida de formas distintas.

A violação sexual não tem o sentido de um assassinato moral, de um dano à moral, que destrói o prestígio e o valor de alguém. Não há vergonha ou perversidade endossados na agressão sexual, e essa não desonra a vítima e suas figuras tutelares. A agressão sexual é uma entre outras possíveis, um castigo corporal, mas não uma punição moral, e não constitui uma redução moral da vítima e, através dela, de sua família e comunidade inteiras, como é o caso no Ocidente moderno. (Segato, p. 113-114)

Se, para Abu-Lughod, é preciso considerar o relativismo cultural, para Segato, o termo não é suficiente para expressar as diferenças e para a análise de práticas de povos. Ela defende o uso do termo pluralismo histórico em vez de relativismo cultural por entender que o pluralismo histórico demonstra a fluidez do caminhar de um povo (e não de uma cultura) de um passado comum para um futuro comum, cujo caminho, ou história é traçado coletivamente englobando os conflitos e dissidências coletivas. Assim, ao invés de pensarmos em um grupo como uma cultura fixa, pensamos em um povo traçando sua história num panorama de impermanência de seus valores, práticas e costumes, de acordo com o resultado dos tensionamentos das relações internas considerando, ainda, as interferências externas.

Porém, há que se ter cuidado para não desconsiderar violências e cair na afirmação de que o estupro corretivo e outras ações não são violência. Se para Pierre Clastres (1979) a sociedade ocidental não pode pensar no poder sem o seu predicado, a violência, de modo que o poder se realiza numa relação social característica: comando-obediência, para a teoria feminista o gênero deve ser uma categoria de análise em toda sociedade com atributo político e de circulação de poder (MACHADO, 2010).

Machado, ao defender a adoção do conceito de gênero como método de pesquisa, analisou textos antropológicos escritos com e sem a referida perspectiva, dentre os quais destacou a análise dos textos de Daniel Simião (2005) e de Luiz R. Cardoso (2005), que se propuseram a observar o fenômeno da violência contra as mulheres do Timor Leste. Tendo como base a invenção da cultura, Simião afirma que a violência contra a mulher timorense é uma invenção cultural imposta pelas noções ocidentais e introduzidas naquela sociedade pela aproximação com organismos internacionais que atuam no local, em especial, pelas mulheres de cultura ocidental.

Traz em seu texto o relato de um nativo que sempre aplicou o castigo físico à companheira, e ela, depois de anos, resolveu separar-se:

Um timorense, técnico de impressão em uma gráfica local, estava casado havia 11 anos e sempre batera em sua mulher. Ela sempre sentira a dor física, mas nunca se incomodara com isso. Até o momento em que pediu a separação. O marido não compreendeu. Não via motivos, afinal aquele vinha sendo o padrão de conduta do seu relacionamento há mais de uma década, e nunca se incomodara. A novidade era que agora a sua mulher trabalhava no escritório local da Cruz Vermelha. O marido convenceu-se de que os estrangeiros estavam “colocando coisas” na cabeça de sua mulher. (SIMIÃO, 2005 apud MACHADO, 2010, p. 95)

E conclui, numa assertiva de “verdade” antropológica, citando Luiz R. Cardoso, que ali foi criado um novo tipo de dor porque, agora, a dor que antes era apenas física, tornou-se também dor moral; o ato ganhou outros contornos e perspectivas no sentir da mulher, outro significado.

Certamente de algum modo, é isso que aconteceu. A dor física que ela sentiu durante anos agora se somava a uma dor moral. O sentido do ato de agressão mudara, mudando, com isso, as suas consequências (...) Podemos dizer que, diante de um novo contexto, o ato de agressão física tornou-se uma atitude de insulto à pessoa daquela mulher. Como L. Cardoso de Oliveira (2002), não podemos deixar de ver um novo tipo de dor, uma dor que não tem existência ontológica, mas depende da percepção do insulto para existir no mundo. (SIMIÃO, 2005 apud MACHADO, 2010, p. 96)

No contexto das pesquisas mencionadas, Luis R. Cardoso (2005 apud MACHADO, 2010, p. 97) faz a seguinte provocação sobre a noção de violência: “pode-se falar de violência quando não há agressão moral?”, arriscando a dizer, em suas palavras, que a violência física seria mera abstração na ausência do insulto moral, sendo que este pode ser entendido a partir de duas características principais: “agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais e sempre implica numa desvalorização ou negação da identidade do outro”.

Mas, conforme bem salienta Machado, o ato de bater estaria carregado de sentidos que podem ser lidos de formas diferentes para quem bate, para quem é agredido e, em cada caso, mesmo a legitimidade do ato de corrigir pode ser avaliada de formas diferentes pelos indivíduos. A análise dos textos de Cardoso e Simião por Machado evidencia que para eles o ato de bater possui o sentido de correção, sendo aceito na cultura timorense que o companheiro agrida fisicamente sua companheira para corrigi-la quando ela não faz a comida ou não cuida dos filhos, por exemplo. As mulheres também podem corrigir seus companheiros, porém, como são mais fracas fisicamente o ato de corrigir os homens para educá-los seria realizado de outras formas como rasgando as roupas do marido quando as lava ou “errando a mão” no preparo da comida.

As análises feitas pelos autores levam a crer que enquanto homens e mulheres exerciam seus papéis de correção um do outro dentro desses limites pré-estabelecidos em que o homem bate e a mulher rasga roupas ou salga a comida, não havia que se falar em violência conjugal, porque permanecendo a mulher no relacionamento, estava tudo bem, ela aceitava e por isso o que havia era apenas dor física. Caso semelhante ouvi de Elisa, que me afirmou que seu companheiro a agredia fisicamente, a jogava no guarda-roupas que estava todo quebrado em razão das agressões, mas como ela dava socos e chutes nele também, ela acreditava que não era vítima de violência doméstica.

Cynthia Sarti (2011), ao refletir sobre a construção social e histórica da pessoa como vítima, nos oferece o caminho para compreensão das questões trazidas por Machado. A autora afirma que a criação da categoria vítima está relacionada com a atuação de movimentos sociais de cunho identitários, sendo esta a forma de conferir reconhecimento coletivo ao sofrimento e dar-lhe inteligibilidade, tendo sido decisivos os atos atrozados cometidos durante a Segunda Guerra Mundial para a inserção do tema do sofrimento decorrente de violência no debate político e para compreensão social (2014). "A noção de vítima configura, assim, uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos, que se produzem ou são produzidos como tal, conferindo legitimidade moral às suas reivindicações." (2011, p. 54)

Para Sarti, na perspectiva antropológica, faz-se necessário pensar o sofrimento associado à violência tomando por princípio de que se trata de relações e não apenas a perspectiva objetiva das ciências biológicas e psicológicas que analisam o fenômeno do sofrimento ora em sua dimensão física, ora na dimensão moral do sujeito. Assim, refletindo sobre a teoria de Marcel Mauss, ela assevera que é preciso pensar "o corpo e os sentimentos como construções simbólicas, constituídos pelo significado que se configura na relação do indivíduo com o mundo social, processo de ordem cultural" (2011, p. 56), de forma que, para expressar a dor e o sofrimento se fazem necessários códigos culturais que dão sentido ao que é expresso perante os outros. Assim, a figura da vítima é uma forma socialmente compreensível de expressar o sofrimento associado à violência.

No caso das experiências de Rosana, Márcia e Elisa, foi o ato de acionarem os códigos expressos em lei, as teorias sobre a violência doméstica e as narrativas de outras mulheres que com elas conviveram que deram inteligibilidade para o sofrimento que as três enfrentaram, por meio do qual foi possível nomearem a dor e se reconhecerem como vítimas e, nessa categoria, entenderem-se a si mesmas como sujeito de direitos.

2.1. A Narrativa de Maira e as Variações na Percepção da Dor e do Sofrimento

Maira, por exemplo, uma mulher cuja vida é permeada pela violência desde a infância até o momento do nosso encontro, dava significados diferentes às violências sofridas, de acordo com o grupo em que os perpetradores se encaixam. No momento em que a conheci, sua narrativa girava em torno da violência que experimentou no convívio com um homem, com quem possui três filhos e com quem manteve relacionamento por aproximadamente 10 anos. A condição em que vivia naquele momento era resultado do desastroso fim do relacionamento que ocorreu após muitos episódios de violência. Estava residindo com os filhos pequenos em um anexo que fica nos fundos da casa de uma amiga, não possuía TV, nem geladeira e contava com apenas um ventilador para ela e os filhos. Porém, ao longo de sua vida experimentou muitos episódios de violência, desde surras praticadas pela mãe, estupro na infância, ameaças e agressões praticadas por familiares, testemunho de graves brigas entre os pais, cujos fatos ela experimenta com sentimentos e sentidos diversos.

As violências narradas se dividem em violências familiares e violências externas, sendo que as violências familiares nem sempre são narradas com a mesma carga emotiva na entonação da voz ou na expressão facial. As violências familiares praticadas contra ela na infância e na adolescência adquiriram o sentido de correção de comportamento, de educação e de afeto.

Minha mãe sempre foi maravilhosa, mas eu que era o capeta na vida dela. Eu era ruim, eu fazia coisa errada demais, queria ficar atrás de menininho, pulava o muro da minha casa. Desde pequena eu era perturbação na vida dela. Minha tia falava que eu tinha a pomba gira na minha vida. Hoje em dia que eu melhorei, que eu não sou mais. Deus me livre. Me arrependo tanto da vida que eu tinha no passado. Minha mãe sempre foi tão boa pra mim. Ela cuidou de nós quatro sozinha, sem depender de pensão, de pai, de nada na vida dela e nunca me faltou nada... Ela mandava meu irmão me levar na escola, aí ele virava as costas, eu vazava. Teve dia de eu estar vindo com o povo da escola, que eu já tinha matado aula, eu vinha com o povo quando saía da escola e ela estava indo de encontro com o cinto no meu lombo. Eu nem ligava. No mesmo dia eu estava fazendo de novo.

Esse aprendizado da violência enquanto mecanismo de correção e afeto é acionado no relacionamento de Maira com a filha adolescente para quem ela já alertou sobre a possibilidade da prática caso a menina continue com rebeldia. As ameaças de violência contra a adolescente pelos tios também são narradas como demonstração de afeto e de cuidado. Maira narrou algumas vezes, sempre aos risos, que o irmão já disse que dará uma surra na menina caso descubra que ela está namorando, ao mesmo tempo em que discorre sobre o quanto a

sobrinha é querida pelos tios e eles pela adolescente, assumindo aqui, a ameaça de violência, o papel de controle sobre o corpo e a sexualidade da menina.

Além disso, pude presenciar várias vezes Maira dar tapas em seu filho de dois anos como expressão de carinho e afeto. Se afirmo que os tapas assumem expressão de afeto é porque ela dizia expressões como “vem cá nego da mãe” empregando um tom de voz infantil e afetuoso enquanto desferia os tapas.

Mesmo assim, a primeira vez que isso ocorreu, senti um desconforto imediato e acreditei que a criança começaria a chorar, o tapa estralado pareceu-me dolorido, no entanto, o menino não esboçou choro nem dor ou constrangimento. Isso me leva a refletir sobre os sentidos dados a um ou outro ato que podem ser considerados violentos ou não a depender da individualidade de cada pessoa e também do contexto social e cultural no qual está inserida. Atos que estou considerando como violentos em minha escrita seriam mesmo violência para Maira? A quem cabe dizer o que é ou não violência? Me apego à ideia de que violento é o ato que causa dor e sofrimento, mas que tipo de dor?

Cumpr-me deixar claro neste ponto que quando Maira narrava as surras que levou da mãe, não as caracterizou expressamente como violência e não demonstrou por palavras ou gestos que aquilo lhe tenha causado sofrimento. A narração sobre as surras, não tendo tratado de nenhuma especificamente, foi feita aos risos.

[...] eu que era o capeta na vida dela. Eu era ruim, eu fazia coisa errada demais, queria ficar atrás de menininho, pulava o muro da minha casa. Desde pequena eu era perturbação na vida dela [...] Teve dia de eu estar vindo com o povo da escola, que eu já tinha matado aula, eu vinha com o povo quando saía da escola e ela estava indo de encontro com o cinto no meu lombo. Eu nem ligava. No mesmo dia eu estava fazendo de novo.

Tenho tratado como violência especialmente porque a sua narração das surras que levou da mãe está inserida no contexto de meu contato com ela, quando solicitei que descrevesse as violências sofridas na fase da infância.

Aqui, me vejo numa difícil tarefa de entender a subjetivação da violência. No âmbito da individualidade de cada pessoa, de que maneira caracterizar um ato como sendo violento? De um lado, as surras empregadas pela mãe poderiam ser facilmente caracterizadas como violência, pois se trata de uma agressão com o objetivo de causar dor física e está inserida numa relação de poder. De outro lado, a narrativa de Maira nada revelou sobre dor e sofrimento em razão das surras que levou, narrando-as sempre aos risos, uma característica muito distinta das ocasiões que narrou a violência sexual que sofreu na infância e as violências conjugais, caracterizadas por ela como as piores violências que sofreu em sua vida.

Para Das, a subjetivação da violência não é apenas sobre os eventos traumáticos em si, mas também sobre como esses eventos são internalizados e integrados nas narrativas pessoais e coletivas das pessoas afetadas. Assim, é importante entender não apenas os aspectos objetivos da violência, mas também os processos subjetivos pelos quais as pessoas dão sentido a essas experiências e as incorporam em suas identidades, pois as pessoas afetadas pela violência constroem significados em torno de suas experiências, sendo que esses significados são influenciados por fatores como identidade, pertencimento social e estruturas de poder.

Além disso, falamos sobre violência e o que ela é a partir de recursos semânticos coletivamente construídos, como pude constatar com a minha própria experiência e com as narrativas de mulheres com quem convivi e que se reconheceram como mulheres em situação de violência doméstica após acionarem definições legais e conceitos teóricos sobre o tema.

2.2. Inteligibilizando a Dor: Experiências de Márcia, Elisa e Rosana na Identificação da Violência Doméstica

Conheci Rosana, Elisa e Márcia em dois ambientes distintos. Márcia, conheci na Casa da Mulher Brasileira mantendo com ela contato e conversas diariamente por mais ou menos dois anos, pois trabalhávamos no mesmo setor, na Vara de Medidas Protetivas, mas, ao contrário de mim, ela não era servidora do judiciário, era contratada pela prefeitura de Campo Grande para exercer atividades de cozeira ali. Elisa e Rosana, conheci na Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMS onde prestaram estágio como acadêmicas de serviço social e de psicologia, respectivamente. Convivi com elas por cerca de um ano.

Márcia era uma mulher simpática, dócil, voz suave, sorriso tímido, e a característica que mais se destacou no início do nosso relacionamento, muito prestativa. A esta altura, era mãe de três filhos praticamente adultos. Era casada, sonhadora, gostava de escrever poesias. Também muito organizada, dizia ser “chata” com as coisas de casa. A rotina dela parecia ser muito corrida, muitas vezes reclamava do cansaço de ter cuidado dos afazeres domésticos até tarde da noite no dia anterior, aos quais se dedicava com fervor. Utilizava transporte público e por vezes se queixava para mim sobre seus atrasos, que ocorriam às vezes por causa do atraso do ônibus e às vezes por causa das muitas tarefas que tinha em casa e por isso perdia o horário do ônibus.

Rapidamente conheci um pouco da sua história, ela perdeu a mãe muito cedo, ainda criança. Sobre as violências sofridas, contou-me algumas pelas quais passou ainda na

infância quando vivia com uma família amiga do pai que a acolheu quando a mãe faleceu⁷. Também me relatava sobre sua situação financeira nada confortável, ganhava pouco trabalhando na Casa da Mulher e complementava a renda com faxinas que fazia. Suas principais reclamações giravam em torno dos desejos de adquirir bens e utensílios domésticos, guarnecer sua casa, seu guarda-roupas e dar presentes para os filhos.

Ali, naquele setor, muitas das conversas giravam em torno do tema da violência contra a mulher. Dialogávamos sobre algum caso específico ou sobre a literatura que aborda o tema. Conforme eu descobria coisas novas sobre esse universo, muitas vezes trocava informações com ela, dialogávamos, refletíamos e trocávamos experiências entre um café e outro. Nessas ocasiões descobri que tanto o pai dela quanto o companheiro eram, nas palavras dela, “machistas”, mas pessoas boas, ela sempre complementava.

Com o tempo, relatos de outras situações foram aparecendo, ela me falava de seus sentimentos, seu desejo de melhorar de vida, estudar, “ser alguém”.

O salário que pagam aqui é pouco, sabe!
Mas eu não quero trabalhar na casa dos outros, ser empregada doméstica.
Quero estudar, fazer cursos, ter uma vida melhor.

Narrativas de insatisfação no relacionamento com o companheiro ficaram cada vez mais frequentes, embora sempre apresentavam uma negociação entre o homem que a machucava emocionalmente e o bom homem. Sempre que ela narrava algum conflito, alguma insatisfação acrescentava: “mas ele é um homem bom”.

Ele me diz que se eu me separar dele, nunca vou arrumar outra pessoa.
Que estou velha, acabada.
Ele me diz: olha para suas pernas, cheias de varizes, quem vai te querer?
Ele me fala essas coisas que me magoam.
Mas no fundo, ele é um homem bom, sabe.

O uso da conjunção “mas” parecia ter a função de anular a imagem do homem insensível, controlador, ou como ela descrevia, “machista” que havia sido apresentado anteriormente. Também havia uma sensação de culpa por “falar mal” daquele homem bom.

Ele acha que eu tenho obrigação de fazer todos os serviços de casa. Quer tudo na mão.
Eu tenho que lavar os calçados dele e aí de mim se não lavar as roupas dele bem lavadas, roupas sujas de trabalho, tenho que caprichar.

⁷ A mãe faleceu quando ela tinha 4 anos de idade por complicações no parto de sua última filha, que sobreviveu. Em razão da ausência da mãe, o pai entregou os filhos e filhas pequenas para amigos e parentes que se dispuseram a ajudá-lo na criação das crianças. Minha interlocutora foi residir com um casal de amigos do pai e daí resultou uma história de muita restrição afetiva.

Esse conflito durou muitos meses, até que ela aceitou que vivia um relacionamento abusivo. De todas as situações que me narrou, nenhuma, até esse ponto, se referia a espancamento. A única agressão física, segundo ela, foi ele tê-la segurado forte e a empurrado contra a parede, o que resultou em uma marca roxa no braço.

E foi ouvindo sobre os outros tipos de violência previstos na legislação que sempre comentávamos que ela passou a se reconhecer como vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher e depois de algum tempo ela se separou do companheiro.

Com o surgimento de uma oportunidade, saí da Casa da Mulher e fui transferida para a Coordenadoria Estadual da Mulher, que se trata de um órgão que compõe a Administração do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Ali conheci Elisa, uma mulher jovem, casada e possuía um filho pequeno na época.

A Coordenadoria da Mulher funciona em uma sala de aproximadamente 45 metros quadrados onde trabalha uma equipe de sete servidores e alguns estagiários. Não havia divisão no espaço, as estações de trabalho eram dispostas uma ao lado da outra e não havia sequer uma sala individual que separasse os integrantes da equipe ou que proporcionasse uma conversa privada, embora sempre achássemos uma forma de trocar confidências.

Naquele ambiente, igualmente, conversávamos sobre casos de violência de gênero contra a mulher que ouvíamos e líamos no noticiário ou em obras de literatura sobre o tema, de modo que as nossas conversas sobre o assunto eram diárias. Mas Elisa, mais ouvia do que falava.

Depois de algum tempo, ela narrou sobre uma violência sexual que sofrera na infância, motivo pelo qual foi afastada da mãe. Casou jovem com um rapaz que lhe proporcionava conforto, já que era de família rica, mas o uso de drogas por parte dele era motivo de muitas brigas.

Certa vez, ela registrou boletim de ocorrência contra ele, mas ao me consultar sobre o que fazer para encerrar o caso, disse-me que registrou a ocorrência na delegacia porque estava com raiva e convencida por familiares a solicitar medidas protetivas.

Eu menti lá na Delegacia, estava com raiva dele por causa das nossas brigas. Minha mãe me disse o que eu tinha que falar para a delegada. Aí ela foi comigo lá e eu registrei o B.O.

Passadas algumas semanas, num dia em que estávamos em poucas pessoas na sala, ela me disse que lendo sobre o tema, nos materiais que produzíamos como cartilhas, manuais e apresentações, e ouvindo as conversas internas, ela percebeu que vivia um

relacionamento abusivo com o seu companheiro. Narrou-me que durante as brigas rotineiras além das ofensas verbais havia agressões físicas às quais ela revidava.

Quando ele vem pra cima de mim, eu dou socos nele.
 Como eu agrido ele também, eu achava que não estava sendo vítima de violência doméstica, porque eu também bato nele.
 Mas ele é maior que eu, mais forte.
 Meu guarda-roupa está destruído, por causa das tantas vezes que ele me jogou nele.

No caso de Elisa, a circunstância do revide, do enfrentamento, faziam-na acreditar que não se tratava de violência de gênero, mas ao ser perpassada pelo discurso jurídico, psicológico e social, reconheceu-se em um relacionamento abusivo e também o rompeu.

Na mesma época e circunstâncias conheci Rosana, de aparência jovem e séria, era recém-separada e possuía uma filha. Certo dia, ela se aproximou de mim e me disse que depois de ler e ouvir o que lia e ouvia ali, percebeu que vivera um relacionamento permeado por violências. Ela já estava separada dele e, embora tivesse decidido romper aquele relacionamento no passado pelas circunstâncias insustentáveis de desconfianças e manipulações, ela até então não havia reconhecido o que o discurso jurídico nomeia como violências psicológica e sexual.

As violências que me narrou consistiam na manipulação emocional para que ela satisfizesse fantasias sexuais que a colocava em situação de risco e de humilhação. Disse-me que, embora não sentisse vontade de fazê-lo, fazia porque acreditava que a mulher precisa estar disposta sexualmente para o companheiro, mas que se sentia muito mal com aquilo.

Eu não sentia vontade nem prazer em fazer o que ele me pedia.
 Eu me sentia exposta, com medo.
 Mas ele dizia: se você, que é minha mulher, não fizer isso por mim, quem vai fazer?
 E eu pensava: ele tem razão!
 Então eu fazia.

Ao descobrir o que o saber jurídico diz sobre violências psicológicas e sexuais, reconheceu a si como uma mulher que esteve em situação de violência doméstica e familiar. Então, como expressar o sentimento de dor e sofrimento? Eles existiam antes do contato com discursos que os definem? Qual o caminho para o reconhecimento do lugar de vítima?

2.3. Reflexões sobre a Mulher-Vítima: Perspectivas Feministas na Literatura Brasileira dos Anos 80

No caso da violência contra as mulheres, percebe-se que, num certo grau, há uma expectativa de que a vítima se enquadre num modelo de características fixas, havendo uma imagem pré-determinada de como é a mulher-vítima e ela só é reconhecida como vítima quando se encaixa neste modelo imaginado.

Suponho que a imagem da mulher-vítima esteja ligada à introdução e abordagem da teoria feminista sobre o tema no Brasil na década de 1980, época em que esse tipo de violência era percebida na sociedade por meio dos homicídios de mulheres cometidos por parceiros íntimos de afeto. No campo teórico, correlacionava-se o fenômeno com o conceito de patriarcado em que a opressão às mulheres é universalmente compartilhada em razão de seu sexo (DEBERT e GREGORI, 2008; SAFFIOTI, 1999). No mesmo ano, foi criado o primeiro SOS-Mulher, em São Paulo, devido à mobilização de diferentes movimentos feministas e grupos de mulheres, que nos anos de 1980 a 1983 atendeu mulheres cujas demandas majoritárias consistiam na violência conjugal (DEBERT e GREGORI, 2008). A condição de mulher era entendida sob pressupostos universalizantes e essencialistas diante de um cenário generalizador e homogeneizante da opressão fundamentada no sexo independentemente do contexto cultural e histórico.

Santos e Izumino (2005), ao realizarem uma revisão crítica das principais referências teóricas das Ciências Sociais na área da violência contra a mulher no Brasil, identificaram três correntes teóricas que denominaram de: 1) “dominação masculina”, caracterizada pela ausência de autonomia da mulher, concebida tanto como vítima, quanto como cúmplice da dominação dos homens sobre as mulheres; 2) “dominação patriarcal”, em que, apesar de a mulher ser definida como sujeito social autônomo, é vitimada pelo controle social do homem; e 3) “relacional” em que a violência é entendida como uma forma de comunicação entre os sujeitos envolvidos.

Ilustrando a primeira teoria, as autoras identificaram o artigo "Participando do Debate sobre Mulher e Violência", de Marilena Chauí, como uma das principais referências que orientavam as análises sobre violência contra as mulheres nos anos 1980, época em que a literatura sobre o tema tem origem no Brasil, como fruto das mudanças políticas no país à época, o qual passava pelo processo de redemocratização. Para Chauí, a violência contra as mulheres é resultante de uma ideologia de dominação masculina produzida e reproduzida por homens e mulheres. Nesse sentido, o ser dominado é objeto e não sujeito, é silenciado, dependente e passivo, perde sua autonomia, sua liberdade, sua capacidade de autodeterminação. Além disso, a violência contra as mulheres está relacionada com a definição de inferioridade da condição feminina, tendo as diferenças entre homens e mulheres sido transformadas em desigualdades

hierárquicas através de discursos sobre o corpo feminino, discursos estes que se concretizam como verdade em decorrência do silêncio das mulheres, que não os contrapõem, ao contrário, os endossam ao reproduzi-lo. E quando as mulheres cometem violência, para Chauí, “tendo sido convertidas heteronomamente em sujeitos, farão de sua ‘subjetividade’ um instrumento de violência sobre outras mulheres” (1985 apud SANTOS, IZUMINO, 2005, p. 4). Assim, as mulheres são cúmplices dos homens no projeto de dominação masculina, mas não por sua escolha e vontade, já que são instrumentos destituídos de autonomia para pensar e agir.

Já a segunda corrente teórica que orienta as discussões sobre violência contra as mulheres é formulada sob a perspectiva feminista e marxista pela socióloga Heleieth Saffioti, para quem "o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico" (SAFFIOTI, 1987 apud SANTOS, IZUMINO, 2005, p. 4). O patriarcado, portanto, estaria intimamente ligado aos sistemas racista e capitalista formador da nossa sociedade e a violência contra a mulher resultaria também desta relação. Assim, conforme Santos e Izumino, para Saffioti, quem mais se beneficia com o patriarcado-capitalismo-racismo é o homem adulto, branco e rico. Mas para Saffioti, ao contrário do que para Chauí, as mulheres não são cúmplices da violência que sofrem, embora, igualmente, as conceba como vítimas, pois ela as define como sujeitos inseridos em uma relação desigual de poder com os homens assim estabelecida em razão da socialização machista que permite ao homem julgar-se no direito de espancar sua mulher e condiciona a mulher a acreditar que este é o seu destino natural. Em razão da socialização machista, o que há não é um consentimento feminino com a violência, mas a ausência de poder suficiente para não consentir.

As pesquisas realizadas no período da década de 1980 seguem a linha teórica da mulher-vítima, ora sob o olhar de Chauí que a entende sob o prisma de "relações sociais hierárquicas de dominância e subalternidade" (AZEVEDO, 1985 apud SANTOS, IZUMINO, 2005, p. 5), ora empregando o conceito de sociedade patriarcal capitalista de Saffioti. Porém, já naquela década, há pesquisas que indicam as mulheres como agressoras e solicitam cautela quanto à abordagem da vitimização feminina, como notam as autoras.

A terceira corrente teórica que orientou as pesquisas sobre o tema no Brasil é ilustrada por Santos e Izumino com o trabalho de Maria Filomena Gregori, intitulado “Cenas e Queixas”, publicado no início dos anos 1990, fruto de sua experiência como participante e observadora do trabalho do SOS-Mulher de São Paulo. O objetivo de Gregori foi analisar as

contradições entre os discursos feministas do SOS-Mulher e as práticas das mulheres que sofrem violência.

Ela observou que, para a libertação da mulher, o discurso feminista do coletivo, que entendia a mulher uma vítima da dominação masculina, defendia que seria necessária a conscientização para autodeterminação enquanto sujeito autônomo e independente, ao passo que a mulher que buscava atendimento não desejava necessariamente a separação de seus parceiros agressores, demonstrando, como conclui Gregori, que elas não são simplesmente dominadas pelos homens ou meras vítimas da violência conjugal.

Assim, a autora rejeita, em parte, as correntes teóricas anteriores por considerar problemática a dualidade homem-agressor e mulher-vítima como se as posições fossem fixas e predeterminadas. Ela também não pensa na violência conjugal como relação de poder, mas como um jogo relacional em que homem e mulher dão significado às suas práticas. Porém, junta-se a Chauí na visão de que a mulher é cúmplice da reprodução de papéis que alimentam a violência, não como expressão de dominação, mas de protagonismo na produção e reprodução de um papel social nesta relação. Gregori considera que “os relacionamentos conjugais são de parceria e que a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros” (GREGORI, 1993 apud SANTOS, IZUMINO, 2005, p.7).

Conforme pude observar, essa imagem da mulher-vítima ideal ainda se faz presente no imaginário de homens e mulheres comuns. Assim, considero que a imagem da mulher-vítima ideal no imaginário popular muitas vezes reflete e reforça estereótipos de gênero arraigados na sociedade. Essa imagem pode ser caracterizada pela representação da mulher como frágil, passiva e dependente, enquanto o homem é retratado como o agressor ou o salvador. Essa construção social da mulher como vítima ideal tende a desconsiderar a diversidade de experiências e habilidades das mulheres, reduzindo-as a um papel de inferioridade e vulnerabilidade.

No imaginário popular, essa imagem pode ser perpetuada através de diversos meios, como a mídia, a cultura popular, as interações sociais cotidianas e as campanhas publicitárias encampadas pelos órgãos de enfrentamento à violência.

É importante reconhecer que essa representação da mulher como vítima ideal não apenas perpetua desigualdades de gênero, mas também pode impactar a forma como as mulheres se veem e são vistas na sociedade. Além disso, dificulta a identificação da violência e o reconhecimento da dor e do sofrimento quando a mulher não se encaixa no padrão estabelecido. Desafiar e desconstruir essa imagem requer uma conscientização sobre as complexidades das experiências femininas.

2.4. A categoria “vítima”: Perspectivas Relacionais

Embora Saffioti (2001) reconheça que as mulheres podem praticar violência contra os homens e assumirem o papel de dominadoras e agressoras em suas relações sociais com outras mulheres e outros sujeitos vulneráveis, para a autora, quando as mulheres assumem o polo ativo na relação de dominação, o fazem por delegação do patriarca. Porque “como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum.” (p. 119)

Saffioti entende a violência de gênero não como um campo de disputas de poder, mas como um projeto de dominação dos homens que visa à subordinação das mulheres. Não só de dominação, mas dominação-exploração, justificando que mesmo pensados o primeiro como praticável no âmbito político e o segundo no campo econômico, ambos dividem uma realidade una.

Ainda que ela admita que haja fissuras por onde as mulheres possam transitar para resistir à opressão e ao projeto de dominação dos homens, seu argumento parece apontar para a conclusão de que mulheres são necessariamente vítimas desse projeto de dominação-exploração, que tem na violência um recorrente mecanismo de afirmação da dominância dos homens e da subordinação das mulheres e a histórica permanência das mulheres nesse polo da relação social.

Meu argumento aqui é de que a construção teórica da violência de gênero no Brasil parece ter influenciado o processo de inteligibilidade da dor e do sofrimento que é possível quando se constrói a categoria de vítima. Pude notar isso tanto na narrativa de mulheres quanto na narrativa de homens comuns.

Elisa não via sua posição no relacionamento violento que tinha com o ex-companheiro como vítima de violência doméstica, porque também praticava atos de violência contra ele nos momentos de brigas, então não estava destituída de poder naquela relação. Já no grupo reflexivo para homens autores de violência, do qual participei como facilitadora, era comum os homens descreverem as mulheres como pessoas ardilosas, agressivas, irresponsáveis, principalmente no cuidado com os filhos, para desqualificar as violências praticadas por eles. E a dificuldade em desconstruir essa imagem começa com um dos recursos pedagógicos que utilizávamos no grupo, o filme espanhol *Te Doy Mis Ojos*, que retrata a relação conjugal de Pilar e Antônio, permeada por violências. Pilar é a típica mulher-vítima, é

melancólica, sofredora, romântica, boa mãe e passiva, em contraposição às outras personagens do filme, como a mãe, a irmã e as amigas dela. Sua única reação é sair de casa em dois episódios, um logo no início do filme e outro no final, quando ela finalmente rompe o relacionamento. No longa-metragem, não há uma cena sequer em que a protagonista revida as agressões, nem mesmo verbalmente.

Diferente da mulher-vítima ideal, Maira praticava agressões contra o ex-companheiro, principalmente no início do relacionamento. No caso dela, as agressões eram em razão de o companheiro se relacionar com outras mulheres, circunstância que aparece também nos relacionamentos da mãe dela. Na história de vida de Maira, as traições por parte dos homens parece ser um fato que autoriza a agressividade das mulheres no âmbito de suas relações amorosas, nenhum outro fato foi narrado como motivador das agressões tanto de Maira quanto de sua mãe contra os respectivos companheiros.

2.5. Análise: Gênero como Caminho para Identificação da Dor e Compreensão da Violência

Aparentemente, a dificuldade de Simião e Luiz R. Cardoso em encontrar os significados subjacentes aos costumes do grupo estudado, perpassa as questões teóricas sobre o fenômeno que, assim como assevera Machado (2010), pode ser compreendido apenas com o uso do gênero como categoria de análise, isto porque, esta é uma forma de dar inteligibilidade ao sofrimento das mulheres (SARTI, 2011, 2014) inseridas numa lógica relacional de poder que é desigual (SANTOS, IZUMINO, 2005).

E é no final da década de 1980 que surge a definição de gênero como uma categoria de análise para os estudos feministas no artigo da historiadora estadunidense Joan Scott, sob o título “*Gender: A Useful Category of Historical Analysis*”, publicado em 1988, em que a autora argumenta que gênero é uma categoria de análise crucial para entender o passado e que ele molda profundamente as estruturas sociais, políticas e culturais. Ela propõe uma abordagem histórica que reconhece o gênero como uma construção social complexa, influenciada por poder, cultura e ideologia, examinando como as noções de masculinidade e feminilidade são construídas e negociadas em diferentes contextos históricos, e como essas construções afetam as relações de poder e as experiências individuais e coletivas ao longo do tempo.

Scott define gênero em duas partes, uma como elemento constitutivo das relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos e outra como forma primária de significar relações de poder, embora em cada uma dessas partes ela proponha subitens.

A minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas estão interrelacionadas mas deve ser analiticamente distinto. O núcleo da definição repousa em uma integral conexão entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo do social relações baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de significar relações de poder. Mudanças na organização das relações sociais sempre correspondem a mudanças nas representações de poder, mas a direção da mudança não é necessariamente unidirecional (...) A teorização de gênero, no entanto, é desenvolvida na minha segunda proposição: o gênero é uma forma primária de significar as relações de poder. Seria melhor dizer que o gênero é um campo primário dentro do qual ou através do qual o poder é articulado. Gênero não é o único campo, mas parece ter sido um campo persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no Ocidente, em tradições judaico-cristãs e também islâmicas. Como tal, esta parte da definição parece pertencer à seção normativa do argumento, mas não pertence, pois os conceitos de poder, embora possam basear-se no gênero, nem sempre são literalmente sobre o gênero em si. (SCOTT, 1986, p. 1067)

Assim, para Scott, a análise de gênero não deve se limitar a uma visão unidimensional das mulheres como simplesmente subordinadas aos homens, mas sim reconhecer que as relações de poder entre homens e mulheres são complexas e dinâmicas. Ao destacar o gênero como uma forma primária de significar as relações de poder, Scott sugere que as mulheres não são apenas passivas, mas também agentes ativos que exercem poder em diferentes contextos sociais, políticos e culturais. Isso implica uma compreensão mais ampla das experiências das mulheres, que vai além da narrativa de opressão e subordinação, cuja teorização influenciou as produções acadêmicas no Brasil.

Conforme Santos e Izumino, por aqui, as primeiras autoras a utilizarem o termo “violência de gênero” foram Heleieth Saffioti e Sueli Souza de Almeida, em livro publicado em 1995, intitulado “Violência de Gênero: Poder e Impotência”. Porém, a definição de violência de gênero cunhada por Saffioti em suas publicações posteriores demonstra que a autora não incorporou o conceito de gênero em sua definição, pois ainda mantém o paradigma do patriarcado e a violência como expressão da dominação masculina.

Segundo a autora, a violência de gênero ocorre normalmente no sentido homem contra mulher, mas pode ser perpetrada, também, por um homem contra outro homem ou por uma mulher contra outra mulher. A violência familiar “envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consangüinidade e a afinidade. (...) Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele embora seja mais frequente o primeiro caso. (...) A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas(os) e empregadas(os) domésticas(os). (SANTOS, IZUMINO, 2005, p. 11-12)

Assim, violência de gênero tem sido empregada no mesmo sentido de violência contra a mulher sem a necessária distinção conceitual. Para Izumino (2003 apud SANTOS, IZUMINO, 2005), o primeiro passo a ser dado é o abandono do paradigma do patriarcado “porque é insuficiente para explicar as mudanças dos papéis sociais e do comportamento de muitas mulheres diante da violência” (SANTOS, IZUMINO, 2005, p. 12-13) e porque concebe a relação entre homens e mulheres como algo estático, fixo. Empregando as teorias de poder de Foucault e de gênero de Scott, para Izumino, “pensar as relações de gênero como uma das formas de circulação de poder na sociedade significa alterar os termos em que se baseiam as relações entre homens e mulheres nas sociedades; implica em considerar essas relações como dinâmicas de poder e não mais como resultado da dominação de homens sobre mulheres, estática, polarizada.” (IZUMINO, 2003 apud SANTOS, IZUMINO, 2005, p. 13)

Nesse sentido, algumas questões podem ser levantadas quanto à realidade encontrada por Daniel Simião (2005) e por Luiz R. Cardoso (2005): o que os autores chamam de atos de correção devem ser interpretados como dinâmicas de poder, mas, então, a discrepância entre os resultados dos atos de correção quando aplicados por um ou por outro, não implica uma relação de poder em si mesma? E essas posições ocupadas no ato de corrigir e de ser corrigido ou corrigida não implicam sentidos de valor aos corpos generificados?

No caso de Maira, podemos observar como o poder circula na relação com o ex-companheiro, sendo que ora o poder é por ele exercido, o que se deu, pelo menos no relato de Maira, por meio da violência física, da intimidação e de ameaças, ora por ela, também com violência física, com o acionamento do sistema de proteção, com a negativa de entrega dos filhos para visitação se não cumpridas certas exigências, com a ameaça de chamar a polícia.

Apesar do rompimento do relacionamento, Maira ainda exerce poder na relação com o ex-companheiro com quem possui quatro filhos, relação esta exercida à distância e, por vezes, por meio de pessoas que intermedeiam especialmente o contato de ambos com os filhos, considerando que uma das crianças está sob a guarda do pai. Ela, por exemplo, estabelece condições para que o ex-companheiro permaneça na presença dos filhos, sempre na companhia de um outro adulto, preferencialmente, da ex-sogra de Maira.

Já avisei para ela, que se eu souber que as crianças ficaram sozinhas na companhia dele, eu não deixo mais irem visitá-lo. E não deixo mesmo.

Maira também aciona o aparelho estatal como o que Foucault chama de tecnologia de poder, pois tendo ela conseguido sair da casa onde residia com o ex-companheiro

com o auxílio da polícia, logo após ameaças por parte dele de colocar fogo na casa com ela dentro, ela pode acionar a polícia novamente caso a ex-sogra e ex-cunhada necessitem.

Já falei pra elas que se ele ficar dando trabalho lá, agredir elas, é só me ligar que eu vou com a polícia lá na hora.

Minha experiência atuando no sistema de justiça também comprova que a mulher utiliza a decisão judicial como instrumento para exercício de poder. Ainda quando atuava na cidade de Água Clara, ao atender uma mulher que fora ao fórum buscar uma certidão de antecedentes em nome do companheiro, necessária para concorrer a uma vaga de emprego em uma empresa local, o sistema fez constar um procedimento de medidas protetivas da Lei Maria da Penha. Ao comunicar isso à mulher, ela disse que o havia denunciado numa época que ele estava um pouco agressivo, “eu fiz para dar um susto nele”. Já na Casa da Mulher, eu soube, por meio da assistente social que fazia estudos em casos de violência doméstica, que algumas mulheres, ao serem informadas de que tendo elas voltado a se relacionar com seus parceiros, deveriam solicitar a revogação das medidas protetivas, respondiam que não podiam porque aquele papel, o das medidas protetivas que são a elas entregue, era garantia de segurança para elas, que caso o companheiro desse qualquer sinal de violência, elas poderiam acionar a polícia e seriam atendidas com mais agilidade, diante de uma decisão judicial em vigor.

Assim, assumir que nas relações de gênero há circulação de poder de ambos os lados é a posição mais acertada. No entanto, o panorama histórico, o desenrolar do caminho que a nossa sociedade traçou em que os saberes privilegiaram a figura masculina em oposição à figura feminina carece de uma terminologia que o defina. Isto porque a desigualdade de mecanismos de poder na relação de gênero se fez materializada não só nos costumes e nas práticas individualizadas como percebe-se nos casos narrados, ao contrário, são alicerçadas em regras religiosas, estatais, familiares e sociais que autorizaram o castigo físico e o assassinato de mulheres por exemplo.

Portanto, ainda que se analise as relações de gênero como palco de disputas de poder, não podemos ignorar que essa disputa resultou em maior poder ao homem em detrimento à mulher em suas relações e, ao afastar o uso do termo patriarcado, esse aspecto social na relação de gênero necessita de uma terminologia que o defina.

3. PODER, CULTURA E AS DISPUTAS NO CAMPO DOS SABERES

Diante da importância de reconhecer a dinâmica de poder subjacente nas relações de violência, é impossível deixar de mencionar o pensamento de Michel Foucault. A partir da minha vivência profissional, que revelou a eficácia do conhecimento como instrumento de poder, e de um aspecto muito presente na história de vida de Maira, em que questões ligadas à sexualidade se tornaram evidentes, parte deste trabalho é dedicada à análise dos conhecimentos sobre sexualidade no âmbito da formação da subjetividade feminina, percebidos como influentes instrumentos de poder.

Com efeito, historicamente, a sexualidade tem sido um dos principais alvos e instrumentos de controle social e poder disciplinar e, em relação às mulheres, ela adquiriu contornos específicos e profundamente arraigados na construção das normas de gênero. Ao longo da história, as mulheres foram frequentemente submetidas a uma intensa vigilância e regulação de sua sexualidade, sendo esta vista como um aspecto central de sua identidade e valor social. Normas e expectativas rígidas foram impostas às mulheres, prescrevendo comportamentos sexuais "apropriados" e reprimindo qualquer forma de expressão sexual que desafiasse as hierarquias de gênero estabelecidas. Isso inclui a imposição de padrões de pureza e castidade às mulheres, enquanto a sexualidade masculina muitas vezes foi tolerada e até mesmo encorajada. Além disso, a medicalização da sexualidade feminina, incluindo o diagnóstico de condições como a histeria, serviu como uma forma de controlar e patologizar os comportamentos das mulheres, legitimando a intervenção médica e o controle sobre seus corpos. Portanto, a sexualidade das mulheres tornou-se um campo de batalha crucial na luta pelo poder e pela autonomia, refletindo e perpetuando as desigualdades de gênero enraizadas na sociedade.

Nos seus estudos, Foucault elaborou o conceito de "saberes" (ou "saberes-poder"), que descreve como o conhecimento não é meramente um objeto neutro ou objetivo, mas está intimamente ligado ao poder e sua distribuição na sociedade. Para ele, o conhecimento não é algo estático ou dado, mas sim produzido e mantido por estruturas de poder em contextos específicos. Estas estruturas de poder determinam quais formas de conhecimento são privilegiadas, legitimadas e amplamente divulgadas, enquanto outras são marginalizadas ou suprimidas.

Os saberes, portanto, transcendem a mera descrição de fatos ou teorias, eles incorporam práticas, discursos e perspectivas que moldam a maneira como as pessoas pensam,

agem e se relacionam. Assim, os saberes não só refletem a realidade, mas também a constroem de acordo com determinados interesses.

Essa concepção de saberes de Foucault é essencial para compreender como o conhecimento pode ser utilizado como uma ferramenta de controle e dominação, mas também como um meio de resistência e transformação.

Foucault se dedica à análise dos saberes, especialmente os saberes médicos e os religiosos que também abarcam os de ordem moral. Sendo os saberes dispositivos de poder e considerando que o poder circula entre as pessoas em suas infinitas relações, não de forma igualitária, é necessário dizer, as verdades construídas sobre a sexualidade e sobre o corpo vão sofrendo apropriações e ressignificações enquanto circulam (FOUCAULT, 2019).

Em sua obra, especialmente em "História da Sexualidade", ele investiga profundamente o tema do controle sobre a sexualidade. Ele sugere que ao longo da história ocidental, o controle sobre a sexualidade não se manifestou apenas através de repressão direta, mas também por meio de mecanismos de vigilância, regulação e normalização.

No processo de controle sobre a sexualidade, as mulheres foram submetidas ao processo de histerização, em que foram historicamente estigmatizadas e medicalizadas por meio do diagnóstico de histeria. Durante os séculos XVIII e XIX, a histeria emergiu como uma condição médica diagnosticada predominantemente em mulheres, caracterizada por uma ampla variedade de sintomas físicos e emocionais, que incluíam ansiedade, convulsões, paralisias e perturbações emocionais. Michel Foucault (2017) argumenta que a histeria não era uma doença médica objetiva, mas sim uma construção social e cultural. Ele sugere que o conceito de histeria foi utilizado como uma ferramenta para controlar e patologizar comportamentos considerados desviantes das normas sociais, especialmente aqueles relacionados à sexualidade feminina, o que contribuiu para a perpetuação das normas de gênero e para a subjugação das mulheres, ao mesmo tempo em que reforçava a autoridade dos médicos e especialistas sobre o corpo feminino.

Assim, é possível afirmar que a histerização das mulheres solidificou a estigmatização da sexualidade feminina e a ideia de que as mulheres são emocionalmente instáveis devido à sua natureza biológica. Essa visão reforçou as normas de gênero que prescrevem a modéstia e a passividade sexual às mulheres, ao mesmo tempo em que justifica o controle masculino (exercido de várias formas, entre as quais, a vigilância e o estupro) sobre sua sexualidade. Também autorizava a intervenção de médicos (em sua maioria, homens) na vida das mulheres, muitas vezes por meio de tratamentos invasivos e opressivos, como internações em hospitais psiquiátricos e terapias de choque. Essas práticas reforçaram a ideia

de que as mulheres são mentalmente inferiores aos homens e precisam ser controladas e corrigidas. Além disso, consolidou a hierarquização do poder na relação entre homens e mulheres na medida em que a medicalização da histeria conferia aos médicos uma autoridade significativa sobre o corpo feminino. Eles eram vistos como os únicos capazes de diagnosticar e tratar a condição, e sua palavra era aceita como lei. Isso reforçou as hierarquias de poder existentes na sociedade, onde os homens (que predominantemente ocupavam cargos médicos na época) detinham controle sobre a saúde e o bem-estar das mulheres. Essa autoridade médica sobre o corpo feminino também contribuiu para a marginalização das experiências das mulheres e para a falta de autonomia em relação às suas próprias vidas e corpos.

Uma das principais contribuições de Foucault é a sua concepção da sexualidade como uma construção social e cultural, em vez de uma característica inata do ser humano. Ele introduz o conceito de "biopoder" para descrever como as instituições e discursos de poder modernos regulam não apenas os corpos individuais, mas também populações inteiras, incluindo suas práticas sexuais e reprodutivas.

Foucault argumenta que, na modernidade, houve uma mudança do foco do sexo como um ato pecaminoso para uma preocupação com a saúde e a normalidade sexual. Isso resultou em um aumento do controle sobre a sexualidade, exercido por meio de instituições como a medicina, a psiquiatria e a psicologia, que buscavam classificar, diagnosticar e normalizar as práticas sexuais.

O controle sobre a sexualidade feminina assume formas específicas e está intrinsecamente ligado às questões de gênero. Ele ocorre em diferentes dimensões e se manifesta em diversas esferas da vida das mulheres, desde as relações interpessoais até as estruturas sociais mais amplas. Essas dimensões incluem aspectos culturais, institucionais, políticos, econômicos e até mesmo psicológicos, todos os quais influenciam as experiências individuais das mulheres e suas capacidades de exercer autonomia e agência em relação à sua sexualidade.

3.1. A Interseção entre Cultura, Saber e Poder na Análise da Violência de Gênero

A análise dos trabalhos de alguns autores que fundamentam o debate sobre a diferença sexual na área biomédica do Brasil do século XIX, conforme apresentado por Fabíola Rohden (2003), lança luz sobre as transformações históricas na concepção de sexo e gênero. Esse contexto histórico revela não apenas a complexidade das percepções e normas em torno

da sexualidade, mas também ressalta como tais percepções têm sido fundamentais na regulação da sexualidade feminina ao longo do tempo. De fato, o controle sobre a sexualidade das mulheres não é apenas uma questão de controle individual ou interpessoal, mas é moldado e reforçado por estruturas sociais mais amplas. Essas estruturas, permeadas por normas culturais, institucionais, políticas, econômicas e psicológicas, influenciam profundamente as experiências das mulheres e sua capacidade de exercer autonomia e agência em relação à sua sexualidade.

Rohden inicia seu argumento com o texto de T. Laqueur no qual se analisam as transformações históricas em que conceberam a ideia de sexo e gênero. Tem-se que os gregos não definiam homens e mulheres em dualidade oposta em termos naturais e biológicos, sendo que para eles ambos eram iguais em suas composições corporais, assumindo o homem um grau de superioridade vertical apenas porque seu corpo produziu calor suficiente para fazer com que os órgãos sexuais se externalizassem. No entanto, a partir do Renascimento, com a mudança epistemológica que se dá, a partir da revolução científica de Bacon, de Descartes, do mecanicismo, do empirismo e da síntese newtoniana, bem como da mudança política, à antiga ideia de corpos de mesma estrutura natural e biológica, ganha espaço uma nova concepção, homens e mulheres são radicalmente diferentes. Essa diferença se sustentaria num dado biológico verificável a partir do sexo em que se conclui pela superioridade da força física dos corpos masculinos e pela incapacidade das mulheres causada por suas funções reprodutivas.

A autora apresenta ainda as conjecturas de Vila que, ao propor um diálogo entre a obra de Roussel, Laqueur e Schiebinger, indica uma nova concepção do ser humano a partir da noção de um novo sistema, o da sensibilidade. Pelo esquema da sensibilidade, o discurso médico de Roussel concluía que a diferença sexual é um processo evolutivo que envolve o desenvolvimento do corpo e da mente. Os indivíduos, a princípio, dispunham do mesmo elemento para o desenvolvimento das capacidades físicas e mentais, esse elemento seria uma substância denominada “tecido mucoso” (ROHDEN, 2003, p. 207). No entanto, durante a puberdade, os corpos dos meninos e das meninas sofreriam o processo pré-programado biologicamente que determinaria a ação do tecido mucoso no aumento da força física e no desenvolvimento do caráter no corpo dos meninos e a canalização das forças vitais para o útero no caso das meninas. E, embora tenha se concebido a feminização do sistema nervoso, parte dele era considerado masculino, o cérebro, responsável pela inteligência e aperfeiçoamento mental superior do homem. Para Vila, o esquema da oposição dos sexos com base na nova concepção de corpo sensível seria problemático por duas razões:

A primeira diz respeito ao fato de que os médicos filósofos como Roussel, quando falavam da distinção biológica entre os sexos, não estavam tratando de um órgão

particular mas de todo o sistema sensível. A segunda se refere a que a nova doutrina foi desenvolvida não somente para servir a uma agenda política (dar justificativas médicas aos constrangimentos impostos às mulheres na esfera pública durante a Revolução Francesa e no Código Napoleônico), mas também para resolver certas tensões dentro do próprio campo médico. (ROHDEN, 2003, p. 207)

Um ponto relevante levantado pela autora após o estudo do discurso médico do século XIX é a embaraçosa fronteira entre o biológico e a cultura na construção da diferença sexual no meio biomédico. Tem-se dos excertos médicos da época que a cultura exerceria influência sobre os corpos e os modificaria, deformando os dons naturais. Essa premissa acarretou a multiplicidade e contradição das representações sexuais contidas nos discursos biomédicos tendo a noção de instabilidade, tanto dos corpos quanto das forças naturais, ganhado relevante destaque.

Além disso, essa ambiguidade e instabilidade teria aberto as portas para as discussões sobre o determinismo biológico. Por outro lado, a partir da constatação da força da cultura sobre a constituição dos corpos, o meio necessitava de regulamentação e controle. O corpo da mulher, na medida em que era visto como reprodutivo e do qual dependeria o desenvolvimento das sociedades, demandava uma atenção especial, razão pela qual, o discurso médico-científico evocava a necessidade de se administrar a puberdade feminina, dirigir os impulsos e ajudar a natureza.

Embora a análise de Rohden seja sobre os discursos médicos de dois séculos passados, consequências dessa diferença sexual estabelecida outrora no meio biomédico ainda se fazem presentes em tempos modernos. É o que se pode concluir com a pesquisa sócio-antropológica de Machado (2005), sobre a produção do sexo por profissionais biomédicos em casos de crianças que nascem com genitália incompletamente formada. Machado argumenta que “as fronteiras entre o natural e o não-natural são facilmente borradas quando se trata de defini-las a partir do que é considerado dentro ou fora das normas sociais” (2005, p. 253). O que chama a atenção em suas observações são os fatores considerados pelos profissionais da biomedicina para a tomada de decisão no que se refere aos procedimentos cirúrgicos de construção da genitália:

Para o sexo feminino, os fatores mais levados em consideração, em ordem de importância, são: a capacidade reprodutiva e a possibilidade de reconstrução anatômica de uma vagina que possibilite mais tarde, para a mulher, relações sexuais prazerosas (o que é associado à preservação das enervações do clitóris) e que possa ser penetrada por um pênis. Para o sexo masculino, aparecem os seguintes fatores, também em ordem de importância: o tamanho e a capacidade erétil do pênis; a possibilidade de sentir prazer (o que é associado à ejaculação) e de penetrar adequadamente uma vagina; a capacidade reprodutiva; e a capacidade de urinar de pé. (MACHADO, 2005, p. 273)

E o que seria a cultura a ser identificada pela medicina em oposição ao biológico? Os termos, “natural” em oposição ao “não natural” e “normas sociais” indicam tratar-se a cultura das verdades que escapam à esfera objetiva do que se afirma. Mas quando a afirmação é elaborada com argumentos científicos e suas definições partem de pressupostos biologizantes?

Ao discutir a identificação da cultura pela medicina em contraposição ao biológico e as implicações de usar argumentos científicos com pressupostos biologizantes, surge a questão da complexidade da cultura e sua relação com o poder. Enquanto os termos 'natural' e 'não natural', juntamente com 'normas sociais', sugerem que a cultura abrange verdades que vão além da esfera objetiva, a análise crítica das dicotomias natureza e cultura, como mencionado por Kofes, levanta questões sobre como a cultura é percebida e definida. Nesse contexto, a reflexão sobre o conceito de cultura é essencial, especialmente ao analisar fenômenos complexos como a violência de gênero contra as mulheres. Dentro do campo das relações de poder, a cultura pode ser compreendida como o resultado da complexa circulação de poder, tanto nas interações entre indivíduos quanto nas relações mais amplas. Portanto, considerar a cultura de maneira holística e sensível às dimensões sociopolíticas é crucial para uma análise mais abrangente e significativa.

Nesse aspecto, penso que ao analisar o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres, estando a análise inserida no campo das relações de poder, é possível a reflexão sobre o conceito de cultura, pois, a meu ver, cultura é resultado da complexa circulação de poder tanto nas relações entre indivíduos quanto na esfera de produção de saberes. O que são os saberes jurídicos, religiosos, médicos senão parte da cultura de um povo? E se o abandono da dicotomia natureza - cultura se faz necessário, talvez seja porque distinguir um do outro seja tarefa difícil. O que temos são saberes impermanentes, que ao serem constituídos e formulados são ressignificados, contrapostos por outras vozes, que agregam outros sentidos e formulam outras verdades, às vezes em total contraposição, em outras, assimilando em partes e transformando o discurso.

Nesse sentido, como parte do caminhar histórico, é preciso reconhecer a importância das discussões sobre cultura no ramo da antropologia (sobre as quais não me delongarei), na construção de saberes sobre a identidade feminina no mundo ocidental. As definições sobre o que é cultura e o que é natureza ocorrem em contraposição à teoria evolucionista constituída até então e representa um salto na compreensão dos grupos humanos e suas diferenças. Franz Boas é considerado o antropólogo fundador da teoria culturalista,

contribuindo principalmente para a metodologia de pesquisa na área ao defender o método histórico em contraposição ao método comparativo utilizado pela teoria evolucionista.

Nota-se que a ideia sobre a cultura inserida num processo histórico prevalece em muitas medidas nas teorias do relativismo cultural de Abu-Lughod (2012) e de pluralismo histórico de Rita Segato (2021) para a reflexão sobre temas contemporâneos como o etnocentrismo e a opressão às mulheres sobre os quais mencionei antes.

E, nesta linha de raciocínio, contribuindo para pensar as diferenças entre os sexos, destaco a pesquisa de Margaret Mead (2000) que, na linha culturalista de Boas, constatou que as construções de significado sobre as diferenças sexuais são distintas de sociedade para sociedade, sendo que esses significados podem inclinar cada indivíduo nascido dentro dela a um tipo de comportamento, isto é, a tessitura social orienta as subjetividades, governa o indivíduo.

Embora Mead não tenha se debruçado sobre os fatos históricos que perpassaram os grupos por ela estudados, é possível presumir que eles e também a agência dos sujeitos relacionalmente conectados configuram e definem as relações e características de um grupo genericamente situado.

Por aqui, diferentemente do caminhar histórico do povo de Nova Guiné, as relações sociais são marcadas pelos saberes ocidentais, que embora tenham sofrido interferências de outros saberes, como o de povos originários e o de pessoas traficadas do continente africano, sobrepujam no contexto social em razão da dominação pelo colonizador. Mesmo a situação atual, permitida pelo processo histórico de disputas discursivas e de saberes encampados por movimentos feministas, está relacionada com o processo do ocidente, como demonstraram Santos e Izumino (2005). Os saberes aqui disseminados foram e são produzidos sob interferência do discurso ocidental⁸ e, com o mundo globalizado e a expansão dos meios de comunicação e a globalização, também sofrem interferências de teorias de outras partes do mundo. E ao produzir seus próprios saberes e ressignificações de sentidos, os saberes produzidos por pensadores e lógicas não ocidentais também interferem e influenciam o pensamento ocidental, numa infinita trama que, a meu ver, é também onde o poder circula.

Assim, a produção de saberes é uma forma de exercício de poder em si mesma e por sua natureza, permite contraposições por sujeitos com quem o saber se relaciona. Ao elaborar contraposições, o sujeito que o formula também exerce poder no palco dessa relação.

⁸ Digo isto sem desconsiderar que as ressignificações e também a produção de saberes por pensadoras e pensadores da América Latina, além de construir novos saberes, também influenciam na produção discursiva a nível global.

E o sujeito não representa apenas a si mesmo, não é visto pelos outros apenas em suas características individuais (se é que isso é possível), já que ele é socialmente situado, seja em razão do gênero, da cor, da etnia, do espaço que seu corpo ocupa no globo, de concepções políticas, da militância em grupos identitários etc. e socialmente conectado a diversos saberes e formas de utilizá-los como exercício de poder.

É o que se observa no caso das relações de gênero. O exercício e a reformulação das técnicas de poder sobre as mulheres ao longo do processo histórico permitiram a construção de outros saberes que permeiam a sociedade moderna. Tratando-se de violência doméstica e familiar contra a mulher, por exemplo, permitiu a identificação de diversas modalidades de práticas que vão além da ofensa física para se definir os discursos sobre violência de gênero contra as mulheres.

E a construção desses saberes é definida pelas especificidades de cada sociedade, tendo como elementos fatos históricos e a trama social que se desenrola a depender de características próprias de cada povo e, por vezes, da trajetória de sujeitos singulares.

Se de um lado as regras e saberes sobre a diferença sexual fundamentaram a violência contra as mulheres, na medida em que colaborou para a solidificação dos estereótipos de gênero, a situação presente tem se mostrado um momento importante para mudanças no padrão das práticas discursivas e no campo da ação em relação a esse aspecto.

O discurso jurídico, palco de disputas e circulação de poder, no Brasil, atualmente estabelece como violência doméstica e familiar contra as mulheres a violência física, a psicológica, a moral, a sexual e a patrimonial, permitindo a inteligibilidade do sofrimento pelo qual muitas mulheres passaram e passam, como ocorreu com Márcia, Elisa e Rosana, dando espaço, também, para que outras discussões ocorram, como a violência política de gênero, por exemplo.

3.2. Entre Conformidade e Resistência: Reflexões sobre o Poder e a Agência de Maira

Certamente, no caso da Maira, suas ações em relação à própria sexualidade parecem ser uma forma de resistência às normas impostas ao corpo feminino. Desde a infância, Maira enfrentou o controle e a apropriação de seu corpo, o que pode ter influenciado suas escolhas e atitudes em relação à sua sexualidade.

No caso dela, a busca ativa por uma expressão sexual que desafia as expectativas sociais pode ser uma forma de resistir ao controle e à violência que ela experimentou durante a

infância e adolescência. As surras que ela recebeu da mãe podem ter sido uma manifestação do controle sobre seu comportamento e expressão.

Minha mãe me batia porque eu era namorada, vivia atrás de menininhos sabe. Minha tia dizia que eu tinha a pomba gira no corpo. E deve ser mesmo, porque eu era danada.

Porém, o controle sobre a sexualidade feminina ocorre em diferentes dimensões e se manifesta em diversas formas, abrangendo desde as relações interpessoais até as estruturas sociais mais amplas.

Maira, aos 27 anos, está na quinta gestação, vivendo em uma situação material e emocionalmente precária. Sobre sua situação emocional, revelou que vive com medo, tem pesadelos em que ela ou o ex-companheiro estão morrendo, então evita sair de casa. Também narrou que às vezes acorda muito estressada, sentindo vontade de sumir, de abandonar tudo e que não tem mais sonhos de nada para ela, apenas para os filhos. Sobre a situação material, sua maior queixa é a falta de geladeira para conservar os alimentos dela e dos filhos, de televisão para o entretenimento deles e mais ventiladores para atender a todos, já que conta com apenas um ventilador para quatro pessoas. Com ela, residem os filhos de 12, 4 e 2 anos.

Maira não trabalha e sua fonte de renda são auxílios do governo e ajuda de familiares.

Eu trabalhava, mas por causa da gravidez comecei a passar muito mal. Então parei com tudo, até o tratamento dos dentes eu tive que parar.

Além das condições geradas pelo medo que Maira sente em razão das violências praticadas pelo ex-companheiro e das dificuldades provenientes da gestação, ela cuida de seus dois filhos menores em tempo integral, já que não estão inseridos na rede de ensino.

Eu tentei colocar a minha filha de quatro anos na creche, mas no dia que eu tinha que ir lá conversar, passei mal e não fui. Aí ela perdeu a vaga e eu nem fui lá pra tentar de novo não.

Nesse caso, considerando a complexidade das dinâmicas de poder e controle, podemos afirmar que a falta de acesso a serviços de saúde mental, sexual e reprodutiva de qualidade e à rede de ensino para os filhos menores, funcionam como dispositivos de poder que reforçam os estereótipos de gênero já que limita suas oportunidades de participação na vida social, econômica e política. Esse confinamento pode ser entendido como resultado de normas de gênero que prescrevem papéis específicos para homens e mulheres na sociedade, com a mulher sendo associada principalmente ao cuidado do lar e da família.

Com Maira limitada ao espaço doméstico, essa dinâmica contribui para seu isolamento social e dependência econômica. Ela pode se tornar cada vez mais desconectada das redes sociais e comunitárias, o que limita suas oportunidades de interação, colaboração e apoio mútuo. E do ponto de vista econômico, o confinamento ao espaço doméstico pode restringir as oportunidades de trabalho remunerado e desenvolvimento profissional dela, mantendo-a dependente. Isso tende a criar uma dinâmica de poder desigual dentro dos relacionamentos futuros, onde a mulher tem pouca ou nenhuma autonomia financeira e está sujeita à vontade do provedor. Além disso, a falta de exposição a experiências e perspectivas externas reforçam estereótipos de gênero e perpetuam relações desiguais de poder, aos quais Maira não tem manifestado formas de resistir.

O papel da maternidade é o aspecto predominante de sua vida e revela ser o dispositivo de poder que mais controla seu corpo e sua existência. Isso ficou evidente não apenas pela sua numerosa prole, mas também pelas várias ocasiões em que Maira enalteceu a imagem da mulher guerreira que cuida dos filhos sozinha, sem recorrer à pensão alimentícia do pai, algo que ela descreve em relação à sua própria mãe.

Minha mãe é maravilhosa.
Cuidou dos quatro filhos sem pensão, sem ajuda de homem nenhum.

Ela deixa clara sua adesão a esse modelo tanto quando narra sobre suas preocupações em relação à segurança dos filhos na companhia do ex-companheiro que a agrediu diversas vezes, quanto quando narra sua falta de sonhos para si mesma, existindo apenas para os filhos. Mas é quando narra uma conversa que teve com o atual namorado, de quem gesta um filho, sobre a possibilidade de abortar, ela esclarece seu posicionamento afirmando que ela cuidará da criança sozinha, se necessário.

Eu disse pra ele: se você não quer, você fala. Não é porque você não quer que não vou ter.
Não é porque você não quer, que eu vou tomar remédio para derrubar uma criança.
Porque depois que já tá aí, tem que deixar vir e pronto.
Você cuidando ou não cuidando, eu vou cuidar.

Tenho demonstrado aqui que a prole numerosa revela ser um dispositivo de poder e controle sobre a sexualidade e o corpo de Maira, seja porque ela não tem acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, seja porque o discurso da maternagem moldou suas escolhas. No entanto, a postura dela em dizer não ao aborto também revela o poder que exerce sobre seu próprio corpo, exercendo uma forma de resistência aos mecanismos de poder que tentam regular sua vida reprodutiva. Ao afirmar seu direito de decidir sobre seu próprio corpo

e sua própria gravidez, ela desafia certas normas sociais e os sistemas de controle que tentam impor limites à sua autonomia reprodutiva.

Esse contexto ilustra como as relações de poder podem operar em níveis sutis e complexos, moldando as escolhas e experiências individuais mesmo em contextos aparentemente pessoais e privados. O exemplo de Maira destaca como a microfísica do poder pode ser internalizada e contestada pelas próprias pessoas que são alvo de sua influência, revelando a complexidade das relações de poder em sociedade.

Essa complexidade adquire outros contornos quando Maira narra a vigilância que é exercida sobre a sexualidade da filha de 12 anos.

Hoje eu entendo a minha mãe. Agora eu tenho uma filha adolescente dentro de casa. Já avisei ela que os tios dela vai cacetar ela no pau se pegarem ela com algum namoradinho. Vão lá na porta da escola pegar ela de pau.

Como Maira tem permanecido reclusa⁹, sua atuação tem se limitado ao pequeno espaço doméstico, cabendo aos tios a função de vigilância nos outros espaços que a adolescente frequenta, especialmente a escola e o trajeto até lá.

Não muito diferente do que ocorria no passado, a virtude feminina ligada à sexualidade, que significa dizer, a pureza, a inexperiência com relacionamentos amorosos e sexuais, é também um assunto familiar, cabendo a todos os integrantes da família vigiarem e inibirem qualquer comportamento das meninas que leve à perda desses atributos. No caso da família de Maira, assim como de muitas outras, os principais detentores da função de vigilância à iniciação das meninas em relacionamentos afetivos/sexuais são os homens, de modo que, o corpo feminino se torna um lugar de disputa entre homens porque são homens vigiando meninas e mulheres de seu grupo familiar do contato com outros homens e nesse jogo de ambiguidades, assumem também o lugar de protetores. Porém, esta não é uma regra absoluta pois há casos em que o homem da família se apropria sexualmente dos corpos de meninas e mulheres, seja para com elas manterem relações forçadas ou clandestinas, seja para explorá-las sexualmente, entregando-as a outros homens, o que, de qualquer forma, coloca o corpo feminino como um lugar de disputa entre homens.

⁹ Como ela mesma disse, não tem sentido vontade de sair de casa. Ao ser questionada, disse sentir muito medo, não sabe exatamente do que tem medo, mas isso tem impedido ela de sair e de se relacionar com outras pessoas que não a própria família e as amigas (mãe e filha) que moram e frequentam a casa da frente. Porém, outras circunstâncias são reveladoras quanto a este aspecto de sua vida. Além de dois filhos pequenos que não frequentam escolas ou centros educacionais, Maira está gestando seu 5º filho, condições estas que a encerram no espaço doméstico.

Para Maira, no entanto, a vigilância sobre a sexualidade da filha parece estar ligada ao saber criado a partir das consequências de sua própria experiência. Por ter tido sua primeira filha ainda na adolescência e aos vinte e sete anos estar em sua quinta gestação e enfrentando diversas dificuldades de ordem financeira e emocional após a saída traumática de um relacionamento afetivo violento, as surras que sofreu da mãe, a seu ver, foram justas e visavam evitar os sofrimentos experimentados por ela na vida adulta. Assim, a situação de precariedade em que se encontra é encarada como consequência das suas más condutas do passado.

4. CONEXÕES E PRECARIEDADE: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DE VIDA DE MAIRA À LUZ DA TEORIA DE JUDITH BUTLER

Evidentemente, a história de vida de Maira revela a precariedade de sua existência. Ainda na infância sofreu abuso sexual e nenhum cuidado lhe foi dado por parte das estruturas estatais para a superação do trauma. A falta de acesso a serviços de saúde reprodutiva de qualidade, o lugar em que reside, onde prevalece a falta de segurança, o acesso limitado a serviços básicos e a exposição à violência e criminalidade expõem-na a formas de precariedade estrutural. Seu existir demarcado pela violência extrema e pela relação que estabeleceu com os agressores e também sua subjetividade definida pela relação com a mãe e com os filhos revelam a natureza vulnerável de sua vida.

Nesse aspecto, a proposta deste capítulo é analisar o material de campo, especificamente a história de vida de Maira, sob a ótica dos conceitos de vulnerabilidade e precariedade de Judith Butler (2019). Sendo a precariedade uma consequência da vulnerabilidade dos indivíduos, a vulnerabilidade do corpo de Maira, decorrente de suas relações com outros indivíduos, restou evidente em dois aspectos: o primeiro é na relação com a mãe e com os filhos, de onde ela aciona sua própria identificação; a segunda decorre do corpo exposto à violência, revelando a precariedade de sua vida diante das dinâmicas de poder sociais e interpessoais.

Ao adotar essa abordagem teórica, busco compreender mais profundamente as diversas camadas de vulnerabilidade que permeiam a vida de Maira, desde sua infância até o momento atual de uma vida marcada pela violência. Ao fazer isso, espero não apenas oferecer *insights* significativos sobre a vivência singular de Maira, mas também sobre o entrelaçamento de suas experiências com as estruturas de poder e controle presentes em sua vida, destacando a interseção complexa entre sua subjetividade, suas relações interpessoais e as dinâmicas sociais mais amplas. Pretendo, ainda, contribuir para uma compreensão mais ampla das formas como a vulnerabilidade e a precariedade são produzidas e contestadas em nosso mundo contemporâneo.

Ao refletir sobre violência, luto e política, Judith Butler (2019) nos expõe à concepção da precariedade da vida relacionada às noções de vulnerabilidade e de reconhecimento (NETO e SANTOS, 2021) em ensaios reunidos no livro “Vida Precária: Os poderes do luto e da violência”, escritos em resposta às condições de vulnerabilidade e agressão surgidas com os eventos do 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos. Ela investiga a noção central de que certas vidas são percebidas como mais “precarizadas” do que outras, enfrentando

níveis extremos de vulnerabilidade, violência e abuso. Ela sustenta que essa precariedade não é intrínseca aos indivíduos, mas sim resultado de estruturas sociais e políticas que perpetuam desigualdades e hierarquias de poder. E essa vulnerabilidade não é distribuída de maneira aleatória, mas sim moldada por sistemas de poder que perpetuam desigualdades e hierarquias sociais. Fatores como raça, classe, gênero, sexualidade e nacionalidade têm um impacto significativo na maneira como as vidas humanas são percebidas e tratadas, determinando quem recebe proteção, cuidado e reconhecimento, e quem é deixado para enfrentar condições precárias de vida.

Com o foco voltado para a vida e a morte em situações de guerra, a autora faz reflexões sobre questões como "quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? (...) o que concede a uma vida ser passível de luto?" (p. 28)

Ao discorrer sobre a perda, situa as mulheres e minorias como comunidades sujeitas à violência, o que significa corpos constituídos politicamente "como um local de desejo e de vulnerabilidade física, como um local de exposição pública ao mesmo tempo assertivo e desprotegido" (p. 29). Essa vulnerabilidade social seria a razão do desejo do extermínio, da morte.

Para Butler, a origem da vulnerabilidade e da perda parece residir no fato dos corpos serem socialmente constituídos por ligações entre si, ao mesmo tempo que expostos uns aos outros, sob o risco de violência justamente em razão desta exposição.

É que não existe um "eu" sem o "você", mas um "eu" que se define em relações, ou como diz Butler, "laços" que constituem o ser eu. E, em conjecturas sobre o luto, para ela, quando se perde algum desses laços, especialmente se o elo com o você é parte do que define o eu, a perda implica em desaparecimento do eu, porque o eu não sabe mais quem é e o que fazer.

É neste aspecto de interdependência existencial que Butler apresenta o conceito de vulnerabilidade do ser. Apesar de a autora se referir à perda de laços pela morte, a noção de vulnerabilidade por ela apresentada nos permite refletir sobre os elos que compõem a história de vida da Maira, especialmente quanto aos laços com a mãe, os filhos, o agressor sexual e o ex-companheiro.

Obviamente que a relação entre mãe e filha possui peculiaridades próprias e a psicologia oferece muitos prismas sobre os quais analisar essa relação. Mas é o olhar da vulnerabilidade do ser definida por Judith Butler que se invoca aqui. E ao discorrer sobre a luta pela autonomia e a reivindicação do próprio corpo, a autora nos lembra da particularidade da

relacionalidade do ser com pessoas com quem não escolheu se relacionar, da sujeição e dependência primária que dão condições para o surgimento do ser individuado.

(...) Adultos, que pensam estar exercendo julgamento no que diz respeito ao amor, certamente enfrentarão alguma experiência de humilhação ao refletir sobre o fato de que, quando bebês e crianças pequenas, amavam seus pais ou outras pessoas fundamentais de maneira absoluta e não crítica - e que algo desse padrão sobrevive em seus relacionamentos adultos. Posso querer reconstituir o meu "eu" como se ele estivesse estado aqui o tempo todo, um ego implícito demonstrando perspicácia desde o início; mas fazê-lo seria negar as várias formas de arrebatamento e sujeição que formaram a condição de meu surgimento como um ser individuado e que continuam a assombrar meu senso adulto de eu, não importa qual ansiedade e desejo eu possa sentir agora. A individuação é uma conquista, não um pressuposto, e certamente não uma garantia. (BUTLER, 2019, p. 33)

Ao considerarmos o segundo aspecto evidente da vulnerabilidade de Maira, é importante refletir sobre a condição de seu corpo exposto à violência, que se concretizou reiteradas vezes. Nessa perspectiva, as palavras de Butler ressoam profundamente, sugerindo que nossas relações com os outros não apenas nos constituem, mas também nos despossuem. Para ela, a raiva, o luto, a paixão e a fúria são formas de viver fora de si mesmo e, portanto, despossuído de si mesmo, já que esses modos de viver "nos arrancam de nós mesmos, nos prendem a outros, nos transportam, nos desfazem, nos envolvem, irreversível, se não fatalmente, em vidas que não as nossas." (2019, p. 32)

Todos somos vulneráveis porque todos nos relacionamos uns com os outros e todos estamos passíveis de lidar com a raiva, o luto, a paixão e a fúria. Porém, há corpos cuja vulnerabilidade é caracterizada por diversos marcadores sociais, como gênero, cor, etnia, classe social etc., os quais são acionados na construção da identidade do ser perante outros e expõem camadas de sua vulnerabilidade.

No caso etnográfico apresentado, além da idade, o gênero, a cor, a classe social, o lugar geográfico onde seu corpo circula, todos são marcadores que identificam seu ser perante outros, como uma decomposição de sua humanidade. Seu corpo, ainda criança, foi tomado, apossado, usado e demarcado como um lugar de violência e também como um objeto público. Pois, "constituído como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu. Entregue desde o início ao mundo dos outros, ele carrega essa marca, a vida social é crucial na sua formação; só mais tarde, e com alguma incerteza, reivindico meu corpo como meu, se é que o faço." (BUTLER, 2019, p. 32)

4.1. Reflexo e Vulnerabilidade: A Definição do Ser de Maira

Os laços com a mãe e com os filhos situam-se na definição do próprio ser e me levam a, nos moldes como propõe Butler, e acionando a identificação dela a partir de sua história de vida, questionar quem é Maira sem a mãe e quem é Maira sem os filhos, sendo que esses elos se definem e se alimentam um em relação ao outro, de modo que Maira se define em sua relação com os filhos a partir de sua autodefinição em seu elo com a mãe e também o oposto. Já os laços com o seu agressor sexual e com o ex-companheiro situam-se na vulnerabilidade social decorrente do seu corpo constituir um lugar de desejo e vulnerabilidade física, exposto e desprotegido. Exposto não só à possibilidade de violência, mas à sua concretização.

A figura da mãe de Maira aparece frequentemente em sua narrativa, às vezes como uma mãe maravilhosa, outras como uma mulher impulsiva e outras como um grande suporte para ela. Na infância, a mãe aparece como a única figura ao seu lado nos momentos de enfrentamento ao abuso sexual que sofreu quando tinha cerca de sete anos.

Ao discorrer sobre si mesma na fase da infância e adolescência, Maira se define como uma criança terrível, como “a perturbação na vida da mãe”, pois fugia da escola, pulava muros, e gostava de namorar. Apanhava muito em razão disso, mas não ligava. Já a mãe, criou Maira e outros três filhos sem contar com ajuda de qualquer natureza dos pais das crianças e sem deixar faltar nada para eles, uma característica que ela se empenha em reproduzir. Ela se recusa a solicitar pensão alimentícia aos pais de seus filhos porque acredita que, se o fizer, os pais poderão exercer maior poder na vida deles, inclusive quanto à visitação.

A mãe também enfrentou episódios de violência no relacionamento com o companheiro, padrasto de Maira, que ela considera seu verdadeiro pai, sendo descrita também como doida, “briguenta”. Certa vez, estavam separados, mas a mãe foi até a residência do companheiro, quebrou toda a casa dele e tentou furar ele com um espeto de assar carne, por ciúmes. E, apesar de o pai não ter o hábito de agredir a mãe, se lembra de um episódio em que ele a machucou muito. Maira não viu as agressões, mas sabia que os machucados na mãe tinham sido causados pelo pai. Segundo ela, esse é o único episódio que a fez sentir raiva dele.

Quanto à situação atual do elo com a mãe, ela aparece na vida de Maira como uma figura de apoio no enfrentamento às dificuldades de socialização e de cuidados com as crianças. Quando Maira mudou de bairro para se esconder do seu ex-companheiro, a mãe também o fez, alugou uma casa próxima a ela para lhe fazer companhia e ajudar no cuidado

com as crianças. Mas ela evita frequentar a casa da mãe com muita assiduidade em razão de desentendimentos com os irmãos e de proteção e cuidado com a genitora.

Quando eu morava com ela, eu saí, porque pensei:
- Tenho que dar paz pra ela.

No processo de narrar sua própria história, Maira se descreve a partir do relacionamento com a mãe, expõe suas características pessoais principalmente quando fala sobre sua infância, momento em que a mãe está presente como uma figura permanentemente em ligação a ela. Ela demonstra também ter adquirido o modelo da mãe como verdade sobre a maternidade, exercendo uma vivência como a mãe que cuida sozinha dos filhos, demonstrando que as experiências de arrebatamento e sujeição continuam a influenciar o senso adulto de identidade, persistindo independentemente dos desejos ou ansiedades presentes. Elas estão enraizadas no existir de Maira e exercem um impacto duradouro sobre a percepção de si mesma e do mundo ao seu redor.

Ela também fala do pai biológico, com quem não tem muito contato, e do padrasto, que considera seu verdadeiro pai. Sobre eles, descreve fatos para dar sentido aos sentimentos que alimenta tanto a um quanto ao outro. Não que a relação com ambos deve ser ignorada para se pensar na definição do ser de Maira, mas os elementos coletados a partir da narração de sua história, me permitiria fazer elucubrações muito subjetivas, presunções. Certamente, o que afirmo em relação a mãe também envolve interpretações subjetivas de minha parte, mas o que é a escrita etnográfica senão resultado da forma como o pesquisador é afetado em campo?

Já na relação com os filhos, Maira aciona elementos de seu ser na relação com a mãe na forma de demonstrar carinho aos filhos, aplicando tapas por exemplo, na recusa em solicitar pensão alimentícia aos pais deles e no diálogo com a filha adolescente sobre a necessidade de levar a sério os estudos e ao desencorajá-la a namorar, inclusive lembrando-a sobre a promessa dos tios de ir na escola dela “cacetar a cara dela, quebrar ela no pau” caso saibam que ela está com algum namoradinho. Além disso, seus sonhos e esperanças se resumem em adquirir móveis e eletrodomésticos para maior conforto dela e dos filhos, em não deixar faltar alimentos para as crianças e ver os filhos estudarem. Nesse sentido, Maira parece se identificar como mãe a partir de sua experiência como filha, atribuindo conceitos e valores aos fatos que lhe aconteceram em sua relação de vulnerabilidade com a mãe, correlacionando violência e consequências, atribuindo àquela valores positivos no contexto desta ligação.

4.2. Exposição à Violência: Lidando com a Desposseção de Si Mesma

Já os elos com o abusador sexual e o ex-companheiro, tão presentes na narrativa de Maira ao contar sua história de vida, podem ser vistos sob o prisma da vulnerabilidade social desse corpo, lido no mundo e pelos outros como um lugar de desejo do extermínio e de concretização da violência (BUTLER, 2019).

Maira foi estuprada por um adolescente que morava na vizinhança, quando ela tinha sete anos de idade. Nessa época, ela morava com a avó, uma tia, dois irmãos e um primo, estes últimos ainda crianças. Ela se ressentia por não ter havido justiça ao que lhe aconteceu, ao contrário, ela quem esteve sob o escrutínio do estado para provar a veracidade da denúncia, indo e voltando a lugares para contar o que aconteceu para várias pessoas. Lembra que tinha que usar bonecos representando ela e o adolescente para demonstrar como o abuso ocorreu.

E depois de tudo, a gente nem ficou sabendo o que aconteceu.
Acho que não aconteceu nada, ele nem foi preso.
Minha mãe desistiu de ficar correndo atrás disso.

Essa violência que Maira sofreu ainda reverbera no seu cotidiano, ela vê o abusador com frequência no bairro onde mora e lida com a raiva, em suas palavras, a vontade de matá-lo. Além disso, teme por seus filhos, teme que o que aconteceu com ela possa acontecer com eles, por isso mantém algum cuidado em seus relacionamentos amorosos e com o ex-companheiro. A possibilidade de que alguma violência sexual possa ser praticada contra os filhos a tem impedido de aceitar morar com o atual namorado de quem está grávida, embora ele seja descrito como um homem responsável. Ela também teme que os filhos fiquem sós na companhia do pai, ex-companheiro dela, já que é usuário de drogas e praticou graves violências contra ela potencializadas em razão do uso de tais substâncias. E estas preocupações aparecem em sua fala diversas vezes, demonstrando como o seu ser no mundo é afetado pela exposição de seu corpo à violência concretizada pelo outro, o quanto a sua existência é demarcada pela vulnerabilidade.

A violência sempre se fez presente em sua história de vida, em seu corpo. Porém ao narrar as surras que levava da mãe, Maira as apresentava como demonstração de cuidado, inserindo-as no campo da afetividade entre mãe e filha. Também narrou brigas com a irmã e com uma tia, nas quais sofreu agressão física. Embora não se descarte o fato de que tais relações que expõem sua vulnerabilidade constituem seu ser no mundo, as violências sobre as quais Maira mais se delonga e que afetam a narração de sua história de vida são aquelas perpetradas por homens que não faziam parte de seu contexto familiar. Seu existir é marcado pela raiva e

pelo medo, o que me faz refletir sobre o medo também como uma forma de viver fora de si mesmo. E o medo que Maira sente é reflexo tanto da violência praticada contra ela na infância, quanto da violência praticada pelo seu ex-companheiro, pois vive em torno da preocupação de que os seus filhos possam ser vítimas de abuso sexual e também com medo da morte.

No contexto da relação com o ex-companheiro, Maira disse que as brigas existiram desde o início e foram causadas por traições da parte dele. Porém, a violência no âmbito dessa relação ganhou novos contornos quando ele começou a fazer uso de drogas, sendo este o fator de rompimento do relacionamento. Antes do uso das drogas ela sentia aquela dinâmica de agressões e violência como uma vivência familiar e conhecida quando as agressões eram mútuas e mesmo que a força física dele fosse maior que a sua, havia coragem para enfrentá-lo, como se ela conhecesse o limite da violência aplicada ao seu corpo, sendo este o lugar de uma vida possível e uma relação onde ainda exercia poder. Quando ele passa a usar drogas, Maira entra em um caminho desconhecido, ela já não reconhece o companheiro e aquela dinâmica de violências que se instala. Em sua narrativa, duas circunstâncias são especialmente explicativas para a mudança de perspectiva dela naquela relação. A primeira se deve ao fato de que as agressões eram gratuitas e por motivos desconhecidos, fazendo com que ela não participasse mais como sujeito ativo e consciente na dinâmica da violência, seu corpo era mero objeto e lugar de desejo de extermínio. A segunda reside nos contornos de perversidade que a ação do companheiro adquire.

Nos limites dessa vivência é possível pensar que houve um ponto definível de ruptura entre o momento em que ela se vê como um sujeito ativo na dinâmica da violência e o momento que ela passa a sentir medo a ponto de correr para não enfrentar o companheiro. Foi no primeiro episódio de violência gratuita e por motivos desconhecidos. Mas também se pode conceber a ideia de que muitos foram os momentos durante a rotina de agressões que, paulatinamente, foram contaminando sua autoconfiança e autonomia, onde ambos estavam inseridos numa lógica de circulação de poder, sendo este, desigual desde o início. Porém, fato é que sua fala deixa claro que as agressões inesperadas por parte do então companheiro culminaram em congelamento e ausência da reação que antes ela empregava, sendo que o medo vem acompanhado da desconfiança de interferência sobrenatural/espiritual porque antes de ela reconhecer que a droga afetava o discernimento dele, ela atribui a uma entidade sobrenatural a ocorrência das violências mais graves praticadas pelo ex-companheiro.

E ele era homem, mais forte, bem mais forte. Mas eu não abaixava a bola só porque ele era homem não. Foi depois de um tempo que eu passei a sentir medo dele. Não sei do que. Parece que o coisa ruim atormentava a gente, sabe. Ou era por causa da droga,

era outro tipo de briga. Porque ele ficava cego por outras coisas que não existia. Porque tipo, a gente tá brigando ali, sabe porque tá brigando, mas às vezes você tá apanhando e nem sabe o porquê.

Além disso, a violência empregada pelo companheiro apresentava características de maior crueldade e desumanização dela, que por vezes não conseguia sequer se mexer na cama durante a noite toda com medo de novas agressões e de ser morta. As agressões não são mais cometidas durante uma discussão como um ato momentâneo, mas se transforma num ato de castigo prolongado, com aura de loucura ou de intervenção espiritual.

Foram muitas as noites que ela não dormiu e passou sendo ameaçada de morte. Houve uma noite que ele ficou batendo na cabeça dela com um canivete e a golpeou na perna, onde carrega a cicatriz. Nessa noite, ele chegou e pedir a ela que colocasse o filho no berço para esfaqueá-la.

Teve uma noite que ele ficou me batendo com um canivete, que ele tinha, a noite inteira na minha cabeça, a noite inteira, a noite inteira, a noite inteira, porque ele tava falando que eu tinha feito as coisas que eu não tinha. A noite inteira até o sol amanhecer. E ficou batendo o canivete. Eu tinha umas marcas. Agora, se der uma olhada, ainda tem, onde ele tentou enfiar o canivete na minha perna. Ele queria que eu pegasse o bebê, colocasse ele no berço pra ele me esfaquear.

O rompimento definitivo se deu depois que ele tentou colocar fogo na casa com ambos dentro. Na ocasião, precisou acionar a polícia três vezes para finalmente conseguir sair da casa com os filhos e alguns pertences.

No âmbito dessa dinâmica de violência, conforme o relato dela demonstra, Maira já não era reconhecida como humana, se é que um dia o foi.

Quando nos encontramos, além da precariedade de sua existência no âmbito material, Maira estava tomada pelo medo. O medo a impedia de sair de casa e de se relacionar com outras pessoas fora do seu circuito de apoio, pois as experiências de violência por ela experimentadas em razão de sua vulnerabilidade no relacionamento com esses dois agressores imprimiram em sua existência um modo de viver marcado pela despossessão de si mesma, vivendo com as marcas das violências que norteiam suas decisões, seu autorreconhecimento e também a relação com outras pessoas, inclusive com o atual namorado, com quem se recusa a conviver na mesma casa.

4.3. Dororidade como Resistência à Precarização da Vida

A rede de apoio de Maira, naquele momento, girava em torno de pessoas que se conectam a ela em razão das violências sofridas. No caso dela, a união entre mulheres para a superação das dores e violências são fortes e evidentes. Ela, além de contar com o apoio da mãe, que chegou a se mudar de bairro para ficar perto da filha e dos netos e ampará-la após a separação do ex-companheiro, também tem na ex-sogra a ajuda para superar as dificuldades econômicas e assegurar a segurança dos filhos nos momentos de contato com o pai. Além disso, também estão unidas pelas experiências de violências praticadas pelo ex-companheiro, circunstância recorrente em seu relato. Para ela, o fato de ele ser o único homem da família, faz com que ele se sinta à vontade para agredir tanto a própria mãe quanto a irmã.

Embora essa característica no relacionamento de Maira com a ex-sogra e ex-cunhada possa ser interpretada como sororidade, termo utilizado pelo movimento feminista na contemporaneidade, não é este o caso. O termo sororidade é utilizado como um movimento político em contraposição ao sistema que alimenta discursos e práticas de inimizade e antagonismo entre as mulheres e busca mais do que a solidariedade entre mulheres, busca a transformação da relação entre mulheres diferentes e pares para a construção de um mundo diverso com base na união e no apoio mútuos guiada pelas premissas do feminismo (FERNANDES, 2021; WOLFF, 2020).

De qualquer forma, ainda que a relação entre essas mulheres não represente o termo academicamente construído, é significativo o fato de que a principal rede de apoio de Maira sejam mulheres, sendo duas delas parte do universo familiar de seu ex-companheiro por cujas ações ela sofreu diversos episódios de violência. De sua história de vida, embora ela fale com recorrência do pai, percebe-se que suas principais apoiadoras em momentos difíceis e de dor são a mãe, a ex-sogra, a ex-cunhada e uma tia, de quem falou pouco, mas verberou ser a pessoa com quem buscava consolo nos dias mais tristes. O termo dororidade, cunhado por Vilma Piedade (2017), parece-me aplicável neste caso, porque no universo da vida da Maira, essas mulheres unem-se pela dor.

Piedade usa o termo dororidade para expressar as peculiaridades do cotidiano de mulheres negras que enfrentam o machismo e o racismo rotineiramente, isoladas pelo silenciamento e pelo não-lugar. Para ela, a sororidade não é suficiente para as mulheres pretas porque a dor causada pelo machismo alcança a todas as mulheres, mas no caso das mulheres pretas, a vida cotidiana é perpassada pelo racismo, pelas sombras, pelo vazio, pela ausência, pela fala silenciada. Vejo, no caso de Maira, que essa dor, sombra, ausência e fala silenciada são articuladas não só por sua pele parda, mas por sua classe social, por seu corpo marcado neste mundo como de menos valor em razão não só do gênero, mas também do *status* social

que ocupa e do lugar em que circula. Como a própria Piedade afirma, em sua maioria, mulheres pretas são pobres e, portanto, o gênero, a pobreza e a cor se entrecruzam na sociedade brasileira para estabelecer o *status* e o valor dos corpos no mundo.

Pessoas pobres e pretas, ao longo da construção da sociedade brasileira, foram empurradas para áreas periféricas das cidades, onde prevalecem a falta de segurança, de serviço público de qualidade, de mobilidade e tantos outros. As consequências causadas pelo uso de drogas por pessoas que vivem na região fazem parte do cotidiano dos moradores, assim como na vida da Maira. Relatos sobre a interferência das drogas em sua vida são recorrentes. Nossa conversa, ainda por telefone, iniciou com sua queixa sobre a atual situação de falta de eletrodomésticos na residência onde vive com os filhos porque sua casa foi invadida e seus pertences furtados, segundo ela, por usuários que vendem tudo o que dá para vender para financiarem o consumo de drogas. Além disso, em sua narrativa, embora as brigas e agressões sempre existiram no relacionamento com o ex-companheiro, foi quando ele começou a usar drogas que a violência aumentou e que ela passou a temer por sua vida, a fugir das agressões e a sentir pavor. Ele tinha muitas alucinações em que via ela saindo para festas, conversando com pessoas de quem ele não gostava e por mais que outras pessoas explicassem a ele que aquilo era efeito da droga, ele não acreditava e a agredia e torturava.

Tais condições do ser imprimem em si uma forma de enquadramento do sujeito perante outros. No Brasil, esse enquadramento é um processo mais complexo do que aquele sobre o qual Butler reflete, o enquadramento dos terroristas do 11 de Setembro. Por aqui, a imagem da mulher parda, que comete violência, pobre e periférica perpassa o longo processo de constituição da sociedade brasileira alicerçada sobre o gênero, este entendido como um lugar de disputa de poder desigual, a colonização e o racismo.

Butler (2019), propõe tomarmos a vulnerabilidade do ser como paradigma para reconhecer que todas as vidas são precárias, sujeitas à possibilidade de violência e da morte. O caminho oposto é o enfoque na moldura em que as vidas são enquadradas para desqualificá-las como vida, quando alguém se torna ininteligível como vida, como humano. A história de vida da Maira demonstra este enquadramento, seja diante dos olhos daqueles que perpetraram as violências por ela narradas, seja diante do olhar do estado, representado por tantos sujeitos.

Maira narra que, após o estupro que sofreu, foi levada pela mãe a vários órgãos públicos onde tinha que demonstrar, várias vezes, o que lhe aconteceu. Uma experiência odiosa, da qual ela se ressentia e não gosta de lembrar. Ela não soube dizer em quais órgãos públicos esteve à época, mas é possível dizer que sendo o estupro tipificado como crime, ainda que cometido por um adolescente, como foi o caso, no mínimo ela foi ouvida em uma delação de

polícia e no fórum. É que, via de regra, para a formação da culpa de uma pessoa acusada de um ilícito penal, há duas fases de investigação: a primeira realizada pela polícia judiciária e a segunda realizada em juízo quando devem ser respeitados o contraditório e a ampla defesa, garantindo à pessoa acusada do crime, submeter a vítima e eventuais testemunhas aos seus questionamentos. E quando se trata deste tipo de investigação e de intervenção estatal, o objetivo principal, senão o único, é estabelecer a culpa ou não da pessoa acusada de cometer o ilícito, isto é, embora haja princípios norteadores de atuação em relação à vítima, especialmente para minimizar os danos a serem causados pela intervenção estatal, a vítima não é o centro do debate ou do olhar e cuidados por parte do estado, ela funciona como um instrumento para auxiliar o estado a provar a culpa do réu e aplicar-lhe a pena cabível.

Assim, após a vítima prestar seu depoimento na fase judicial, perante o juiz ou juíza, o Ministério Público e o defensor ou defensora do acusado, sua participação se encerra e no âmbito desse processo judicial nenhum outro cuidado será dispensado a ela, nem mesmo será notificada do resultado final. Ou seja, no caso da Maira, após ser levada perante agentes públicos a serviço do estado para narrar o acontecido, ela e a mãe voltaram para casa e tiveram que seguir com suas vidas lidando com as consequências do que aconteceu sem os recursos minimamente necessários para cuidar dos danos emocionais que afetaram aquela família. Podemos presumir que em se tratando de uma família de classe média a alta, a criança que sofre esse tipo de abuso seria acompanhada por profissionais da área de saúde mental por exemplo, mas isso não ocorre com crianças economicamente desfavorecidas, como era o caso dela, e o estado quase nunca oferece esse tipo de atendimento e de acompanhamento para pessoas que não podem pagar. E quando oferecem, a burocracia e a falta de vagas são grandes obstáculos para que as pessoas acessem esses serviços.

Já na fase adulta, depois de enfrentar a última das piores violências de sua vida, ao quase ser morta pelo ex-companheiro, Maira vive com o sentimento de constante perigo. Apesar da medida de proteção concedida pelo estado em decorrência da lei, o sentimento de vulnerabilidade de seu corpo e de seus filhos à violência do ex-companheiro permanece.

Além disso, a intervenção do estado para a sua proteção não foi capaz de mudar o enquadramento de sua vida e atribuir-lhe maior valor. As condições às quais está submetida, exposta a uma enorme vulnerabilidade em suas relações, restrita ao pequeno espaço físico da casa onde vive, não apenas em razão do medo que sente, mas também em razão da prole numerosa e da falta de acesso a centros de educação infantil para seus filhos pequenos, bem como, a gravidez atual, que motivou sua saída do emprego, são fatores de precariedade desta vida que insiste em viver, “nesse estado de morte”.

Eu não consigo esquecer, tenho os meus pesadelos. Tem dia que acordo muito estressada. Tem dias que dá vontade de sumir, de abandonar tudo. Não tenho mais sonhos de nada pra mim, só pros meus filhos. Quero que eles estudem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurei demonstrar o processo da percepção da dor e sofrimento, e da violência de gênero a partir das vivências de quatro mulheres. Também me empenhei em demonstrar com maior profundidade a precariedade da vida de Maira, uma mulher cuja história é permeada pela violência. Como método de pesquisa, utilizei a etnografia de histórias de vida.

Meu material de campo é dividido em dois cenários; o primeiro é decorrente do entrelaçamento da minha vida com a de três mulheres no âmbito da minha trajetória profissional. As informações que trago aqui sobre Márcia, Elisa e Rosana são extraídas da minha memória, do que me lembro das conversas e narrativas dessas mulheres em um período em que eu não atuava como pesquisadora. Já o segundo material é o meu estudo de campo enquanto mestranda, quando imbuída da função de pesquisadora, ouvi a história de vida de Maira.

Para demonstrar o processo dessas mulheres no caminho da percepção da violência e da dor, articulo noções teóricas acerca do relativismo cultural, da pluralidade histórica, do gênero como categoria analítica, da construção da categoria vítima e de reflexões sobre a construção da imagem da mulher-vítima-ideal a partir da perspectiva feminista na literatura brasileira dos anos 80. Em seguida, diante da afiliação à ideia de que as relações de gênero implicam relações de poder exercido de ambos os lados, correlaciono o saber-poder de Michel Foucault com a cultura, em que me detenho na construção do saber sobre a sexualidade, por ser este um dos principais mecanismos de poder sobre as mulheres e por esse aspecto ter se apresentado com tanta evidência na história de vida de Maira. Já para demonstrar os aspectos de precariedade que permeiam a vida dela, aciono a teoria de Judith Butler sobre a vulnerabilidade e a precariedade da vida.

Uma das descobertas mais significativas deste estudo foi a identificação da dororidade como uma forma de resistência à precarização da vida, que ficou evidente na história de vida de Maira. Ao contrário do que alguns discursos pregam sobre a inimizade entre as mulheres, Maira encontra na mãe, na ex-sogra, na ex-cunhada e na tia sua principal rede de apoio para dar continuidade à sua existência, contrapondo a enorme vulnerabilidade de seu corpo que resiste ao extermínio. Restou evidente que essas mulheres se unem pela dor da violência e também a dor da precarização de suas vidas. Isso sugere que o discurso de rivalidade entre mulheres, usado como mecanismo de poder, encontra resistência na vida cotidiana. Essas

mulheres estão determinadas a afirmar sua própria existência e valorização, desafiando as práticas de precarização da vida.

Além disso, ao examinar o processo de percepção da violência doméstica pelo qual passaram Márcia, Elisa e Rosana, observei a importância de se dar inteligibilidade à dor e ao sofrimento, resultante tanto da luta de movimentos sociais de cunho identitários quanto da produção de saberes, importante para a compreensão de como os conceitos de poder e cultura se articulam no contexto da violência de gênero contra as mulheres.

Penso que as descobertas deste estudo têm implicações significativas para as práticas de intervenção e políticas relacionadas ao tema da violência de gênero. Especialmente no que se refere à solidariedade entre mulheres como meio de resistência à precarização da vida, cabendo a criação e o fortalecimento de redes de apoio comunitário. Além disso, a solidariedade entre as mulheres necessita de abordagens mais consistentes e sensíveis na elaboração de políticas públicas.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para o campo da Antropologia Social ao ampliar nossa compreensão das dinâmicas de poder, precariedade e vulnerabilidade que permeiam a história de vida de mulheres singulares e as expõem à possibilidade de sofrerem violência. Ao aplicar os conceitos vulnerabilidade e precariedade de Judith Butler para analisar a história de vida de Maira, este estudo oferece *insights* sobre como essas dinâmicas se manifestam no contexto específico da violência de gênero. Além disso, ao identificar a dororidade como uma forma de resistência, este estudo contribui para a expansão do conceito de resistência em estudos antropológicos sobre violência de gênero, destacando a importância das relações interpessoais e da solidariedade na promoção da resiliência e da sobrevivência das mulheres em situações de violência.

Durante o curso desta pesquisa, especialmente para ouvir a história de vida de Maira, enfrentei alguns desafios significativos. O principal obstáculo foi a pandemia da Covid-19, que resultou no atraso da minha inserção no campo para a oitiva da história de vida de mulheres atendidas na Casa da Mulher Brasileira. Esta dificuldade não se limitou apenas ao contato com as mulheres, mas também se estendeu ao contato com os gestores da Casa da Mulher, devido não apenas às medidas de biossegurança, mas também às dinâmicas de trabalho daquele período para aqueles que atuavam na área do enfrentamento à violência doméstica e familiar. Além disso, fui confrontada com a possibilidade de colocar as mulheres em uma situação maior de risco e com o medo de sofrer violência caso o agressor me visse no local, o que gerou temor e incerteza quanto à realização da pesquisa.

Depois de superar esses receios e decidir avançar com a pesquisa de campo, enfrentei dificuldades em manter o primeiro contato com as mulheres cujos números de telefone eu tinha acesso. Por isso, optei por ouvir a história de apenas uma mulher, Maira, que não atendeu quando liguei, mas retornou a ligação posteriormente.

Por fim, também enfrentei dificuldades na aplicação do método escolhido, pois senti a falta de um vínculo mais forte com Maira. Isso pode ter prejudicado minha capacidade de interpretar melhor sua narrativa, já que nem sempre a comunicação é verbal, tendo dificultado, também, sua expressão de forma fluida e profunda.

Diante das dificuldades enfrentadas, especialmente as questões éticas que envolvem o acesso às mulheres que se encontram em situação de violência e precariedade, surge a necessidade de explorar, teórica e metodologicamente, novas direções e abordagens na pesquisa sobre violência de gênero. A dificuldade quanto à aplicação do método não apenas evidenciou lacunas existentes no conhecimento acadêmico, mas também inspirou reflexões sobre o impacto do pesquisador na dinâmica de vida dos participantes da pesquisa.

Diante de tais considerações, apresento algumas sugestões para futuras pesquisas que podem se basear nas experiências e descobertas deste estudo. Estas sugestões visam mais do que abordar as lacunas mencionadas, objetivam deixar *insights* para novas perspectivas de pesquisas no campo da violência de gênero.

Pesquisas futuras poderiam contemplar com maior amplitude a participação ativa de mulheres comuns na construção do conhecimento sobre o tema da violência de gênero, de forma a garantir representação autêntica das experiências das mulheres promovendo autonomia e protagonismo na construção dos saberes.

Outra possibilidade interessante de pesquisa seria a investigação mais profunda sobre as formas de resistência de mulheres aos dispositivos de poder que precarizam suas vidas e o papel das redes de apoio comunitário.

Em suma, este trabalho buscou reconhecer a importância de abordagens mais sensíveis para a construção do saber-poder ao conectar pensamentos teóricos relevantes para a compreensão das relações de gênero à vida prática e ordinária de mulheres comuns.

REFERÊNCIAS:

- ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. Estudos Feministas, Florianópolis, 2012.
- ARAÚJO LZS de. Aspectos éticos da pesquisa científica. Pesqui Odontol Bras 2003;17 (Supl 1):57-63.
- BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo: fatos e mitos, 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOAS, Franz. Antropologia cultural (Antropologia Social), 6ª ed. Zahar, 2010. Edição do Kindle.
- BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006) – São Paulo: FBSP, 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, 2006.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa Mulher, viver sem violência. Diretrizes gerais e protocolos de atendimento. Brasília, 2015.
- BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; LAGRECA, Amanda; SOBRAL, Isabela; BARROS, Betina; BRANDÃO, Juliana. O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 136-145, 2023.
- CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado. Porto: Edições Afrontamento, 1979.
- CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência, pesquisas de antropologia política. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2004.
- DAS, Veena. Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora Unifesp, 2020 - recurso online: ePub.
- DEBERT, Guita Grin e GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, 2008.
- FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, Evelyn Blaut. Morte ao patriarcado: fraternidade, irmandade, sororidade. Cadernos Pagu (63), 2021.
- FERNANDES, Valéria Diez Scarance. Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar. São Paulo: Atlas, 2015.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder, organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado, 9ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. Cadernos Pagu (3), 1994.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo em movimento. 2ª ed. São Paulo: Francis, 2010.

MACHADO, P. S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural, Cadernos Pagu, n. 24, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. Uma teoria científica da cultura. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 2ª edição.

MANICA, Daniela; KOFES, Suely. Vida e grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MATO GROSSO DO SUL, Tribunal de Justiça do Estado. Relatório do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul [livro eletrônico]: Feminicídio / Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Org. Helena Alice Machado Coelho. Campo Grande/MS: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; 2021. Disponível em: <https://www.tjms.jus.br/storage/cms-arquivos/e91a0438b8e7f1b60ec87eabdca89d2d.pdf> .

MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento, 4ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de Direito de Família, volumes I e II, 3ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1947.

PIEIDADE, Vilma. Dororidade. Editora Nós, 2017.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres no Brasil, 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina, Cadernos de Saúde Pública, 19 (sup.2), p. 201-202, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O Poder do Macho, 11ª ed. São Paulo, Moderna, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo em Perspectiva, 13(4), 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.115-136.

SCOTT, J. W. (1986). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053–1075. <https://doi.org/10.2307/1864376>

SEGATO, Rita. Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

CAMPO GRANDE. Subsecretaria de Políticas para a Mulher – SEMU. Mapa da Violência Contra a Mulher em Campo Grande - MS. Campo Grande: 2018.

CAMPO GRANDE. Subsecretaria de Políticas para Mulheres - SEMU. Relatório de Gestão Casa da Mulher Brasileira Campo Grande-MS - 2017-2020 - 2021.

WALKER, Leonore E. *The battered woman*. New York: Harper & Row, 1979.

WOLFF, Tayná Campos. A luta por sororidade: união feminina e uma experiência militante na palhaçaria. *Revista Arte da Cena*, v.6, n.1, jan-jul/2020.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. 1ª ed. - Curitiba: Appris, 2018.